



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

O PAPEL DAS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA NOS PROCESSOS ELEITORAIS

O CASO ANGOLANO

JOAQUIM CARLOS ANTÓNIO GANGA

DISSERTAÇÃO DE FIM DE CURSO APRESENTADA A
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA,
COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM DIREITO E SEGURANÇA

ORIENTADOR: PROF.DOUTOR JORGE BACELAR GOUVEIA

LUANDA, 2017.

NOTAS PRÉVIAS

1. ORTOGRAFIA

Todo o texto desta dissertação foi escrito de conformidade com as normas ortográficas vigentes na República de Angola, ou seja, as antigas normas de escrita anteriores ao novo acordo ortográfico em curso nos países de língua oficial portuguesa, por não ter sido ainda ratificado pelo nosso país.

2. PLÁGIO

Declaro que os textos extraídos de outras fontes e de outros autores estão devidamente referenciados, em salvaguarda dos direitos de autor e em abono às normas anti-plágio.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,
familiares e colegas de caminhada profissional.

AGRADECIMENTOS

À Deus, todo-poderoso, pela vida.

Aos parentes e entes queridos, pelos sacrifícios consentidos e estímulos;

Ao meu ilustre orientador, pela magnanimidade e sapiência;

Ao Serviço, por me ter dado a sublime oportunidade de fazer parte deste curso;

Aos meus superiores hierárquicos e colaboradores directos, pela compreensão e auxílio.

A todos que, directa ou indirectamente, tornaram possível esta realidade,

O meu muito obrigado!

RESUMO

O “O Papel das Forças de Defesa e Segurança nos Processos Eleitorais – O Caso Angolano”, tema que nos apraz dissertar, para a obtenção do grau de Mestre, resulta de uma aturada investigação começada há anos, ainda por altura da licenciatura em Direito, por pretendermos, por um lado, compreender como as Forças de Defesa e Segurança devem agir antes, durante e depois de um processo eleitoral, dado ao facto de a sociedade questionar-se sobre a legitimidade, a necessidade e a utilidade da produção de informações de segurança. Por outro, perceber onde foi que as Forças de Defesa e Segurança falharam na prevenção do conflito que sucedeu às eleições de 1992 e estabelecer um mecanismo de prevenção de conflitos pós-eleitoral, de conformidade com a Constituição da República e Leis específicas.

Palavras-chaves: Forças de Defesa e Segurança, Processos eleitorais, Angola.

ABSTRACT

The "Role of Defense and Security Forces in Electoral Processes - The Angolan Case", a subject we would like to discuss in order to obtain a Master's Degree, is the result of a thorough investigation begun years ago, still at the time of the law degree. On the one hand, to understand how the Defense and Security Forces must act before, during and after an electoral process, given that society is questioning the legitimacy, necessity, and usefulness of the production of information safety. On the other hand, to understand where the Defense and Security Forces failed to prevent the conflict that followed the 1992 elections and to establish a mechanism for post-electoral conflict prevention in accordance with the Constitution of the Republic and specific laws.

Keywords: Forces of Defense and Security, Electoral processes, Angola.

SIGLAS E ABREVIATURAS

F.A.A – Forças Armadas Angolanas

P.N – Polícia Nacional

SINFO – Serviço de Informações

SIE – Serviço de Inteligência Externa

SIM ou SISIM – Serviço de Inteligência Militar ou Serviço de Intelência

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola

EUA – Estados Unidos da América

D.N. – Defesa Nacional

S.N.- Segurança Nacional

I.D.N.P – Instituto de Defesa Nacional de Portugal

S.E – Sistema Eleitoral

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

ss - Seguintes

art.-Artigo

INTRODUÇÃO

A abordagem do tema que nos propusemos tem como marco as eleições gerais multipartidárias que tiveram lugar em Setembro do ano 1992, em Angola. Eleições que se consubstanciaram nas primeiras do país, após cerca de 17 anos da conquista da Independência Nacional e de um longo período de regime uni-partidário com o MPLA à cabeça.

Trata-se de uma abordagem académica que se corporiza numa Dissertação de Mestrado, estando o autor na condição de candidato a Mestre em Direito e Segurança pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Para o efeito, procuramos preponderantemente analisar o papel das forças de defesa e segurança nacional, quer no acompanhamento ao processo que culminou com a vitória do partido que até então detinha o poder, quer no seu desempenho após o conhecimento oficial dos resultados eleitorais.

Apresentamos o resultado de uma pesquisa cuja questão-chave consistiu na *compreensão de como as Forças de Defesa e Segurança se comportaram antes, durante e depois do processo eleitoral de 1992?* Por conseguinte, tivemos que avançar as seguintes hipóteses: a) A actuação das Forças de Defesa e Segurança deve ser estritamente de acordo com o exposto na Lei própria; b) Antes de um processo eleitoral, as Forças de Defesa e Segurança devem estabelecer um conjunto de mecanismos de controlo eficiente para actuação por formas a prevenir qualquer tentativa de sabotagem do processo eleitoral; c) São as Forças de Defesa e Segurança um dos elementos de neutralidade que concorrem para a realização de eleições livres e justas.

Dois objectivos nortearam a nossa pesquisa: primeiro, compreender como as Forças de Defesa e Segurança devem agir antes, durante e depois de um processo eleitoral, e seguidamente, saber onde foi que as Forças de Defesa e Segurança falharam na prevenção do conflito que sucedeu após a divulgação dos resultados das eleições de 1992.

Quer um ou outro destes objectivos assentou-se no facto de, por um lado, as actividades das forças de defesa e segurança serem por demais desconhecidas e, por vezes,

ignoradas, dando lugar inclusive ao questionamento da sua importância durante o processo eleitoral; e por outro, no facto de as forças militares da UNITA terem voltado às matas, após os resultados eleitorais, apesar do processo de aquartelamento e desarmamento que fora operado.

Por se tratar de uma dissertação de Mestrado, recorremos fundamentalmente a fontes secundárias (livros, artigos de opinião e documentos) sobre o assunto, que não obstante a sua raridade, contribuíram significativamente para que a pesquisa empreendida fosse possível. Estando, à partida, definido o carácter do trabalho tal como se apresenta, tivemos que optar por uma pesquisa do tipo qualitativa, empregando técnicas documental e observação, limitando-nos a apresentação e a descrição dos factos como tais, embora, no fim da colecta tenhamos recorrido ao método analítico para que tivéssemos, finalmente, este produto.

Os métodos hipotético-dedutivo e histórico-comparativo foram-nos também úteis, porquanto nos permitiram tirar as ilações sobre as hipóteses levantadas, tendo possibilitado o exercitar do raciocínio dedutivo e tirar conclusões lógicas sem conotações, no que concerne ao primeiro método. Relativamente ao segundo, permitiu-nos ter uma leitura objectiva do cenário eleitoral de 1992, o comportamento das instituições e compreender o estado de desenvolvimento e de maturidade destas forças.

A realização de eleições multipartidárias, constituiu, de facto, uma viragem política da história do país, fruto da aplicação da então Lei de Revisão Constitucional da República de Angola, que já consagrara Angola como um Estado Democrático e de Direito.

O tema (O Papel das Forças de Defesa e Segurança nos Processos Eleitorais - O Caso Angolano)” é de difícil abordagem, não só por factores já mencionados como a ignorância e a incompreensão generalizadas, mas também pela historicidade um tanto quanto aliada a um passado menos bom da vida política angolana, em que a actuação e o papel estiveram associados à ideia de repressão e intimidação contra os cidadãos. Abonam ainda a essas dificuldades a escassez de livros e outras fontes de reconhecida idoneidade sobre o assunto. Pelo que, este trabalho foi-nos muito difícil. Entretanto, já concluído, temos plena certeza de estarmos em presença de uma possível mais-valia para início ou mesmo fomento de acesas discussões académicas à volta da questão.

No Estado Democrático de Direito de hoje, a essência da produção de informações de segurança, defesa nacional e ordem pública, ou seja a produção de inteligência, repousa na tutela dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na defesa da ordem constitucional, longe daquilo que vinhou aquando do partido único (antes de 1992).

Construímos uma estrutura de cinco capítulos, onde no primeiro ativemo-nos a fundamentação teórica, para melhor enquadramento, conceitualizações e exposições teóricas de diferentes autores; no segundo, debruçamo-nos sobre as eleições democráticas, numa espécie de paralelismo com outros contextos; no terceiro, a abordagem centrou-se no pacote legislativo eleitoral, fazendo vincar a legislação e os trâmites processuais, bem como o quadro estatístico dos resultados eleitorais de 1992; no quarto, procuramos apresentar uma visão do contexto legal actual que levou a preparação e condução das eleições gerais de 2017 à luz da CRA/2010; finalmente e porque foi por nós julgado pertinente, no último capítulo não deixamos de nos ater a metodologia e apresentação, interpretação e análise dos dados colhidos, longe do rigor imposto pelo tipo de pesquisa quantitativa que não a aqui tomada.

Importa sublinhar que não se trata de um trabalho acabado, aliás, nem esta era nossa meta, nem sequer nos sentimos suficientemente aptos de o trazermos nesta dimensão. Contudo, estamos certos de termos feito tudo para que o produto da nossa investigação venha a contribuir para o recrudescimento da pesquisa científica e, sobretudo, que venha a responder com a exigência específica a que directamente se destine (que seja digna de uma dissertação de Mestrado), embora se reconheça a nossa “pouca experiência” nestas lides. Para tal, dedicamos muito tempo, recursos físicos e financeiros, muita discussão e completa entrega que nos permitem atestar qualidade cognitiva de fácil constatação.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. CONCEITUALIZAÇÃO

Segurança Nacional: é a actividade do Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública, assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática (nº 1 do artigo 1º da Lei nº 12/02 de 16 de Agosto).

Defesa Nacional: é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir o respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, ou seja, é o conjunto de medidas e acções adequadamente integradas e coordenadas que global ou sectorialmente permitem favorecer a capacidade da Nação com vista a alcançar a Segurança Nacional procurando criar as melhores condições para a prevenção e combate à quaisquer ameaças que directa ou indirectamente se oponham a consecução dos objectivos nacionais (FEIJÓ, 2003, p.14).

Forças de segurança: entende-se por forças de segurança no sentido estrito da palavra as instituições do Estado que tenham um mandato formal para garantir a segurança do Estado e dos seus cidadãos contra actos de violência e coerção, tais como as Forças Armadas, a Polícia Nacional, Forças Paramilitares, os Serviços de Inteligências, as instituições judiciais e penais (Security issues and development Co-operation: A conceptual Framework for Enhancing policy Coherence, The DAC Vol 2, n.º 3).

Serviços de inteligência: são organizações governamentais especializadas na colecta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, para política de defesa nacional e para a segurança pública de um país, formando, juntamente com as Forças Armadas e as Polícias, o núcleo coercivo contemporâneo (CEPIK, 2003, p 85).

Processo Eleitoral: É o conjunto de acções e procedimentos legais conducentes à eleição dos Deputados ao Parlamento e do Presidente da República (Coletânea de Legislação Eleitoral, 2006, p.251)¹

Sistema Eleitoral: é um conjunto de leis, princípios e mecanismos eleitorais que especificam os métodos pelos quais os votos são traduzidos em assentos no processo de

¹ Ministério da Administração do Território. Lei n.º6/05, de 10 de Agosto – Lei Eleitoral

eleição dos representantes para o mandato público. Existem quase tantos sistemas eleitorais quantos os países” (JAIRO. Sistemas Eleitorais: aula n.º3).

Eleições: É o conjunto de actos e processos para a escolha, de entre vários candidatos concorrentes, quer aos lugares de Deputados ao Parlamento quer ao Presidente da República (Ministério da Administração do Território, 2006, p.251).

Democracia: É meio que possibilita o alcance de determinados fins e a tomada de decisões políticas, legislativas e administrativas, por parte dos líderes eleitos pelo povo (SCHUMPETER, 1942, p.356)

Política: é a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado (WEBER, 1979, p.98).

Conflito: É uma situação de competição em que as partes estão conscientes da incompatibilidade das posições possíveis e na qual cada uma delas quer ocupar uma posição que é incompatível com a que a outra parte quer ocupar” (COSER, p.232}.

1.2. SEGURANÇA NACIONAL

É possível visualizar importantes modificações de acordo com a temporalidade de significado da mesma. Ora, a definição tradicional de segurança pressupõe que o Estado é único atuar de forma soberana com o intuito de garantir a autoridade sobre seu território, e para isso é imprescindível a utilização dos mecanismos militares. Essa definição de segurança, por muito tempo foi empreendida com vigor, tendo o Estado como principal ator a desempenhar as atividades inerentes ao tema (OLIVEIRA, 2009, p. 68).

Diante do cenário das Relações Internacionais, a definição clássica de segurança vem a ser muito bem quista pelos realistas, e teve durabilidade até a década de 1970. Estes entendem que o Estado deve ser o único a impor diretrizes que definam o andamento de questões importantes, entre elas àquelas relacionadas à segurança, que atribuem ao Estado a legitimidade do uso da coerção física. Ariana Bazzano de Oliveira (2008, p. 5), aponta que: “para os realistas, a segurança é compreendida como a maneira pelo qual os Estados se utilizam da força para fazer frente às ameaças dos outros Estados, que

possam interferir no seu território, autonomia ou soberania estatal”. Essa visão teórica expõe que o Estado se autoafirma como único a desempenhar a gestão da segurança (OLIVEIRA, 2008, pp. 4-5)

“Parece paradoxal mais o dilema de segurança é acompanhado por um sentimento de insegurança de uma nação que aumenta na razão directa do seu poderio” (DEUTSCH, 1998, p. 222). Como argumenta este autor quanto maior for uma nação mais frequentemente ela tentará pôr ordem nas questões internacionais ou pelo menos influenciar as outras nações em função dos seus interesses, este processo de construção de poder vai arrastando consigo uma corrente de discórdias com nações poderosas e não poderosas que ao se sentirem deslocadas no sistema internacional vão procurando opor-se às políticas da nação que se vai tornando mais poderosa, para os mais fortes e alguns Estados fracos vão dificultando o implemento dos interesses ou mesmo financiando grupos para o fazer contra a nação poderosa.

Todavia a visão realista passou a sofrer demasiadas críticas após a década de 1970, estas foram intensificadas com o fim da Guerra Fria. Com isso, a segurança passa a ter uma visão mais generalizada, onde o Estado que utiliza os meios militares, ainda tem papel importante. Entretanto o surgimento de novos fatores passa a integrar questões inerentes à segurança, entre eles: economia, tecnologia, desequilíbrios ambientais, explosão populacional, migrações internacionais e o narcotráfico. A partir daí, a visão clássica de assimilar os estudos de segurança centralizados em um Estado militarista, começa a perder dominância, tendo em vista que novos estudos de segurança tendem a conectar diferentes perspectivas de pensamento, inclusive o aumento da participação civil (VILLA, 1999, p.99).

Nessa perspectiva de pensamento, Rafael Duarte Villa argumenta que a segurança deve ser vista simultaneamente em dois aspectos. O primeiro é uma visão global, partindo do pressuposto de um mundo mais interdependente e transnacional, onde o conceito de segurança alcança um nível internacional e não local. O segundo é a apresentação de uma perspectiva multidimensional, sendo necessário trabalhar com os novos fatores que se apresentam no mundo pós Guerra Fria, isso inclui uma observância de múltiplos ângulos, sejam eles efetuados a partir de um ponto de vista civil ou militar (VILLA, 1999, p.100).

A ideia de transformar ou mesmo de manter a ordem no mundo de forma unilateral, através de decisões essencialmente nacionais e esforços nacionais substancialmente isolados não pode ser levada muito a sério hoje em dia, nem mesmo como um devaneio” (DEUTSCH, p. 223), mesmo como o próprio EUA a única super potência com a pena de ver os seus interesses dificultados ou mesmo que se crie uma Aliança contra eles. Queremos com isto dizer que os Estados alcançam os seus objectivos da melhor maneira e mais facilmente quando cooperam com outros.

Assim, para Deutsch a *Segurança Nacional* é definida como “um estado ou condição que se deseja alcançar”². Pode ainda ser definida como “uma situação que garante a unidade da soberania e a independência da Nação, a integridade do território e a segurança das pessoas e bens, a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas no quadro constitucional” (Feijó, 2003: 12, 13).

Já no período da década de 1980, a Europa sendo afetada pelo aumento do confronto entre Leste-Oeste, decide tomar uma atitude que lhe favoreça a garantia de sua segurança. E no ano de 1985 cria o Copenhagen Peace Research Institute (COPRI), mais conhecido como Escola de Copenhague. Tal medida teve como proposta, salientar o ensino acerca da segurança internacional, e na atualidade é uma referência nessa área. (TANNO, 2003, p. 48). E a partir dessa instituição, importantes autores passam a debater sobre as propostas levantadas, um dos mais importantes é Barry Buzan, e ele contribui significativamente para os estudos de segurança internacional, apontando que os estudos de segurança “devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e societal” (TANNO, 2003, p.50). Tal afirmação pode ser explicada através do trecho abaixo:

“Others questions have come from academia: from peace research, from feminists, from international political economy, and from security (and strategic) studies. Their move has generally taken the form of attempts to widen the security agenda by claiming security status for issues and referent objects in the economic, environmental and societal sectors, as

² Idem

well as the military political ones that define traditional security studies.”

(BUZAN;WÆVER; WILDE, 1997, p.01).

A Resolução 6/93 do Conselho de Ministros no ponto B, relativamente à Segurança Interna e Externa do Estado Angolano determina que os esforços nestas áreas deverão garantir:

- a) A preservação da independência e soberania, integridade territorial e a consolidação da unidade nacional, a defesa dos valores fundamentais dos cidadãos, e seus bens e do património nacional;
- b) O desenvolvimento de relações bilaterais com outros Estados e Governos, em função do interesse Nacional para a cooperação multifacética baseada na observância estrita do estipulado pela Lei Constitucional e pelo Direito Internacional estabelecido;
- c) Engajamento do Governo, órgãos da Administração do Estado e seus titulares no Sistema de Segurança Nacional, de modo a contribuírem para melhor desenvolvimento dos serviços especializados;
- d) A mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros com vista ao apetrechamento dos órgãos de segurança, dos meios necessários à prossecução da política de Segurança Nacional;
- e) Organizações de acções tendentes a enfraquecerem e neutralizar a actividade subversiva interna e outras potenciais ameaças de forças estrangeiras no interior e exterior do país.

Veja-se que este ponto da Resolução do Conselho de Ministros não define Segurança Nacional, mas sim os elementos orientadores da acção do Estado ligada aos Serviços de Segurança.

Todavia, o nº 1 do artigo 1º da Lei nº 12/02, de 16 de Agosto, Lei da Segurança Nacional, define Segurança Nacional como sendo “a actividade do Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública e contribuir, assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

Um elemento que retiramos da Lei 12/02, de 16 de Agosto, é a componente do envolvimento dos órgãos da Administração do Estado e seus titulares que se vêem obrigados a colaborar com os serviços especializados ligados ao Sistema de Segurança Nacional; inferimos também que o Sistema de Segurança Nacional deve procurar mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros, ou seja, àqueles indivíduos capazes ou achados convenientes para darem o seu contributo ao Sistema de Segurança Nacional devem ser integrados temporária ou definitivamente para o servirem. À Segurança Interna cabe acima de tudo garantir que actividades subversivas internas e ideologias estrangeiras não possam se instalar em território nacional criando assim o clima ou estado de insegurança entre os cidadãos.

A Constituição, no seu artigo 202º, consagra que compete ao Estado, com a participação dos cidadãos, garantir a segurança nacional, observando a Constituição e a lei, bom como os instrumentos internacionais de que Angola seja parte. A Segurança nacional tem por objetivo a garantia da salvaguarda da independência e soberania nacionais e da integridade territorial, do Estado democrático de direito, da liberdade e da defesa do território contra quaisquer ameaças e riscos, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para a paz e segurança internacionais.

Já o artigo 203º da Constituição consagra o direito à segurança nacional e à legítima defesa, nos seguintes termos: *«A República de Angola actua pelos meios legítimos adequados para a preservação da sua segurança nacional e reserva-se ao direito de recurso à força legítima para repor a paz ou a ordem pública, em conformidade com a Constituição, a lei e o direito internacional»*.

Portanto, e nessa perspectiva, ainda que implicitamente, pode-se inferir que a Angola está inserida na nova ideologia de segurança, onde o cidadão detentor de direitos e deveres constitucionais poderá buscar por melhores condições de vida. O Estado Angolano, por sua vez, tem por função garantir que a necessidade segurança dos seus cidadãos seja correspondida, não apenas no aspecto militar, mas também ao adoptar medidas que contribuam nas áreas de infraestruturas críticas, tais como: energia, transporte, água e telecomunicações. Logo, não é possível se falar em segurança olhando apenas a diplomacia das armas. Sabe-se que novas vertentes englobam a problemática da segurança, nacional e internacional, e com essas questões já

interiorizadas, a definição legal angolana sobre segurança é apontada como: “a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais, como se depreende dos artigos 202º e 203º conjugados com o nº 1 do artigo 1º da Lei nº 12/02, de 16 de Agosto. (LUÍS, 2014, pp. 533-534).

1.3. DEFESA NACIONAL

A defesa nacional é o conjunto de estratégias e ações para atingir ou garantir o estado de segurança nacional. A defesa nacional inclui duas componentes:

- Defesa militar - que consiste essencialmente na defesa contra agressões armadas vindas do exterior do país;
- Defesa civil - que é um conceito mais amplo que inclui desde a segurança interna e protecção civil, até à defesa económica e cultural do país.

Assim a defesa nacional, na sua essência, constitui uma estratégia integrada que o Estado Angolano põe em prática para garantir a segurança nacional. A segurança nacional, por sua vez, consiste nos estados de unidade, soberania e independência nacionais, de bem-estar e prosperidade da Nação, de unidade do Estado e normal desenvolvimento das suas tarefas, de liberdade de ação política dos órgãos de soberania e de regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional.

A defesa nacional constitui um conceito amplo e consensual, que requer o empenhamento dos cidadãos, da sociedade e dos poderes públicos, por forma a manter e reforçar a segurança e a criar condições para prevenção e combate a quaisquer ameaças externas que, directa ou indirectamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais. Tem, por isso, um âmbito global, integrando componentes militares e não militares.

“As inúmeras definições de defesa nacional mostram-nos que o conceito tem sofrido uma certa evolução em paralelismo com a própria estratégia.” (CORREIA, 2004, p.43). A Defesa Nacional constitui um conceito amplo e consensual, que requer o empenhamento dos cidadãos, da sociedade e dos poderes públicos, por forma a manter e reforçar a segurança e a criar condições para prevenção e combate a quaisquer ameaças externas que, directa ou indirectamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais. Tem, por isso, um âmbito global integrando componentes militares e não militares. (Ministério da Defesa Nacional de Portugal).

Apoiando-se igualmente em (FEIJÓ, 2003, p.11) de certa forma no mesmo diapasão, vê a defesa como uma obrigação pública na garantia da independência nacional, a integridade do território, a defesa da soberania nacional e da democracia, mas desde que seja de forma republicana e de um carácter unitário do Estado.

Nesta perspectiva, adianta esse último autor, uma vez que ainda discute-se sobre uma definição exacta de defesa nacional, urge a necessidade de fazer referência que o próprio direito constitucional comete ao Estado social contemporâneo o fim da segurança, a justiça, o bem-estar social e económico dos cidadãos.

Entretanto, a Defesa Nacional, num âmbito global, integra componentes militares e civis. Assim sendo, a componente militar é aquela que é essencialmente na defesa contra agressões armadas vindas do exterior do país, enquanto que a defesa civil é um conceito mais amplo que inclui desde a segurança interna e protecção civil, até à defesa económica e cultural do país.

Nesta ordem de ideia, da evolução, inicialmente aceitava-se aquilo que se costumava chamar o conceito restrito, quando o âmbito da D.N se confundia com o da defesa militar, era o conceito tradicional. Com a ampliação do âmbito chegou-se ao conceito mais alargado, segundo o qual a defesa nacional contempla uma coordenação interdisciplinar de várias áreas, entre as quais a militar. Deste modo, estávamos diante de um conceito mais moderno. Passou-se depois para o conceito integrado, em que várias áreas já não são apenas coordenadas, mas sim integradas de forma sistémica. Conceito pela qual se usa actualmente (CORREIA, 2004, p.82)

Presentemente, esboça-se uma tendência para ultrapassar o âmbito da D.N. e passar ao da S.N. A Segurança Nacional deixaria de situar-se, simbolicamente, no patamar dos valores, dos desígnios, da condição, para assumir também um carácter instrumental, sobrepondo-se e incluindo a D.N., que regressaria ao âmbito tradicional da própria Defesa Nacional” (CORREIA, p.82).

Na formação de qualquer Estado a defesa deve ser um imperativo, uma causa determinante.

O Instituto de Defesa Nacional de Portugal na abordagem desta questão, acha que todos os tipos de colectividades independentes «pré-estaduais» ou tipos de Estado em sentido «imperfeito» ou «histórico» (domínios, cidades, repúblicas, reinos ou impérios), tiveram como preocupação primária na organização do poder, a criação de meios armados de protecção da independência ou autonomia do mesmo poder, da sua integridade especial e das suas pessoas e bens, contra agressões perpetradas por outras colectividades.³ Deste pensamento admiti-se que a defesa é algo que as sociedades fazem mesmo sem o saber. É claro que a defesa assim descrita associa-se à guerra, ambas vistas como um pressuposto primário da subsistência e afirmação do domínio da protecção do seu elemento humano e patrimonial.

“A Defesa Nacional é o patamar instrumental do poder, expressão da capacidade dos órgãos e agentes do Estado para exercer o poder” (CORREIA, 2004, p.62). Aqui parece-nos que o autor procura passar a ideia de que a defesa seja a base do exercício do poder, pelo que acho a definição um pouco ambígua pelo facto de não delimitar o espaço entre a própria Defesa e a Segurança.

“A D.N. pode ainda ser definida como a estratégia global, o instrumento para atingir os objectivos da S.N.” (CORREIA, p.63). O que está subentendido neste conceito pensamos é a ideia de que a Defesa Nacional seja uma parte integrante da Segurança Nacional.

O I.D.N.P procurou definir a Defesa Nacional como sendo uma estratégia integrada que o Estado põe em prática para garantir uma situação de segurança que permita fazer face as preocupações relativas à unidade, soberania e independência da nação; à integridade

³ Idem:49

de pessoas e bens; ao bem-estar e a prosperidade da nação; à unidade do Estado e ao normal desenvolvimento das suas tarefas; à liberdade de acção política dos órgãos de soberania e ao regular funcionamento das instituições democráticas no quadro constitucional. É uma visão bastante modernizada chegando mesmo ao ponto de por em causa a separação entre os conceitos de Defesa e Segurança.

Nos termos do artigo 206º da Constituição, a defesa nacional tem por objectivos a garantia da defesa da soberania e independência nacionais, da integridade territorial e dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem pública, o asseguramento da liberdade e segurança da população, contra agressões e outro tipo de ameaças externas e internas, bem como o desenvolvimento de missões de interesse público, nos termos da Constituição e da lei. A lei estabelece a organização e o funcionamento da defesa nacional.

Assim, este conceito é demasiado importante para o desenvolvimento de políticas estratégicas para o país, inclusive mantendo boas relações interestatais com seus vizinhos. Além do mais, a Angola é constitucionalmente afirmado como uma nação não intervencionista, defensora da paz e relutante ao utilizar de mecanismos que utilizem a força para solucionar hostilidades.

1.4. SISTEMA E PROCESSO ELEITORAIS

1.4.1. Sistema Eleitoral

A escolha de um sistema eleitoral tem um efeito directo nos resultados eleitorais e acarreta consigo consequências políticas graves na representação e estabilidade. Não existe um sistema eleitoral perfeito. Porém, é inegável que alguns sistemas tenham mais vantagens que outros. A concepção de um S.E. é muitas vezes influenciada por condições específicas de cada país, incluindo a sua história, cultura, política, demografia, os pontos de vista e papéis dos actores principais.

Segundo Fernando L. Bastos (1999, p. 160), sistema eleitoral é a forma e o modo de expressão da vontade eleitoral, pela qual o cidadão-eleitor decide escolher este ou

aquele candidato, esta ou aquela lista, e esta vontade é traduzida num resultado global final.

No entanto, este conceito confere um significado particular ao sufrágio universal e releva a postura dos políticos nos três grandes momentos eleitorais, nomeadamente, o pré-eleitoral, o eleitoral e o pós-eleitoral. São, então, actores-chave o cidadão que é o eleitor real, os concorrentes (dos partidos políticos, de grupos de cidadãos ou independentes), a sociedade civil organizada e o Estado.

O conceito dos sistemas eleitorais pode ser concebido em sentido restrito e amplo. No sentido amplo o conceito dos sistemas eleitorais é um conjunto de normas que materializam o direito de votos atribuídos aos cidadãos e criam e organizam aos órgãos de gestão e resolução dos conflitos eleitorais. Este conceito como podemos entender abrange o direito de sufrágio, a administração eleitoral e o contencioso eleitoral.

Para o conceito restrito os sistemas eleitorais determinam as regras através das quais os eleitores expressam as suas preferências políticas convertendo em mandatos parlamentares ou em outros cargos elegíveis (caso das eleições presidenciais). Este conceito na nossa modesta opinião parece-nos ser o mais adequado por corresponder com a natureza e finalidade dos sistemas eleitorais.

Os sistemas eleitorais são estruturas complexas constituídas por diferentes elementos técnicos como, por exemplo, a divisão dos círculos eleitorais, as formas de candidaturas e de votação a distribuição ou apuramento de mandatos, etc. cada elemento da estrutura do sistema eleitoral produz efeitos de modo distinto. Os efeitos políticos produzidos por um dado sistema eleitoral dependem do modo como se articulam os distintos elementos individualmente ou combinados.

Segundo G. Schepis há um conceito amplo e outro estrito de Sistema Eleitoral. No primeiro sentido, se entende como sendo “a totalidade orgânica das distintas normas jurídicas, das técnicas e procedimentos que se aplicam ao processo, desde a abertura das eleições até a proclamação dos candidatos eleitos”. Em um sentido especial, entende por Sistema Eleitoral “o processo técnico que subjaz na distribuição dos mandatos” (SCHEPIS, 1955, p.66).

Parece-nos que o autor pretendia com essa definição, fazer-nos entender que para um «sistema eleitoral», deve-se ter em conta o cumprimento escrupuloso das normas que servirão para estabelecer limites entre os diferentes actores políticos e as pessoas envolvidas no processo, tendo por conseguinte realçada a componente técnica.

Em função da definição supracitada e das explicações de Duverger sobre «sistemas eleitorais», podemos defini-lo como o conjunto de normas que estabelecem os métodos e técnicas de escrutínios para as eleições legislativas e presidenciais, bem como a distribuição dos lugares consoante os resultados da votação (DUVERGER, 1985, p.98).

Na perspectiva de Duverger e Bonavides, constatou-se que eles apresentam as mesmas variantes de sistemas eleitorais, aquelas adoptadas e referenciadas na nossa lei eleitoral (Lei n.º 6/05, de 10 de Agosto), nos artigos 27.º para as presidenciais e o 33.º para as legislativas, nomeadamente:

1º O Sistema Maioritário assegura apenas uma representação indirecta e aproximadas das minorias. O candidato que ficar à cabeça é eleito, os que lhe seguirem são vencidos.

Nestes sistemas encontramos duas derivações que são os sistemas maioritários puros e simples e sistemas de duas voltas. Em que no primeiro, o candidato que obter o maior número de votos é proclamado eleito, seja qual for o número dos votos obtidos pelos seus adversários. Já no escrutínio de duas voltas é necessário, para ser eleito, obter metade dos votos mais um (50+1), considerado de maioria absoluta. Caso contrário procede-se a segunda volta, designada de «escrutínio de desempate».

Esse é o sistema adoptado na Lei n.º 5/92 de 16 de Abril (Lei Eleitoral), que serviu para as eleições presidenciais de 1992.

2º O Sistema de Representação Proporcional tem como princípio básico assegurar em cada circunscrição uma representação das minorias na proporção exacta dos votos. A representação proporcional pressupõe assim o escrutínio de lista única que permite atribuir lugares ao mesmo tempo à maioria e à minoria. Se o princípio da representação proporcional é simples, a sua aplicação é, pelo contrário, muito complicada. Dele, vários problemas se levantam.

O sistema de representação proporcional tem duas preocupações fundamentais: assegurar a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja reflectida no parlamento e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação. A principal virtude da representação proporcional está na sua capacidade do parlamento espelhar todas as preferências e opiniões relevantes existentes na sociedade. O expoente máximo desta concepção foi o líder Frances Mirabeau, que durante a constituinte de Proença em 1789, defendeu que a função do parlamento era reflectir o mais fielmente possível as feições do eleitorado, tal como um mapa reproduz em miniatura os diferentes traços geográficos de um território.

Existem duas variantes de representação proporcional. O voto único transferível e o sistema de lista. O primeiro tem como propósito garantir que as opiniões relevantes da sociedade estejam no parlamento. O segundo procurar distribuir as cadeiras do parlamento utilizando os partidos como unidade fundamental.

No exemplo que se segue suponhamos que numa determinada Província, que para este caso concreto é considerado um círculo eleitoral se apuram 200.000 sufrágios expressos e que se vão eleger cinco deputados. Os partidos concorrentes obtêm os seguintes votos:

Partido A: 86.000 votos

Partido B: 56.000 votos

Partido C: 38.000 votos

Partido D: 20.000 votos

Divide-se o número de votos obtidos por cada partido sucessivamente por 4 e 5, correspondentes ao número de deputados a eleger, obtendo-se o seguinte quadro:

TABELA DE REPRESENTAÇÃO

Partidos	1	2	3	4
A	86.000	43.000	28.666	21.500
B	56.000	28.000	18.666	14.000
C	38.000	19.000	12.666	9.500
D	20.000	10.000	6.000	5.000

Colocando-se estas médias por ordem decrescente até ao 5.º lugar temos: 86.000; 56.000; 43.000; 38.000 e 28.666. Este último número (28.666) chama-se repartidor diferente do quociente eleitoral dos exemplos atrás referidos. Dividindo o número de votos obtidos por cada partido por este número obtêm-se directamente o número de lugares que deve ser destinado a cada partido:

Partido A: $86.000:28.666= 3$ lugares

Partido B: $56.000:28.666= 1$ lugar

Partido C: $38.000:28.666= 1$ lugar

Partido D: $20.000:28.666= 0$ lugar

Para as Legislativas a lei 06/05 de 10 de Agosto – Lei Eleitoral prevê no seu artigo 33.º nº 1 e ss, o sistema de Representação Proporcional, cuja distribuição é feita pelo método de d'Hondt⁴. Nesta perspectiva, as considerações de Araújo, segundo as quais “o sistema eleitoral de representação proporcional é o que melhor responde às necessidades

⁴ Existem 4 variantes do sistema de representação proporcional (métodos de Saint-Langue, Hogenbach-Bischof, restos maiores e Hondt). Este último foi adoptado pela lei belga de 1899, que tem a vantagem de permitir encontrar, mediante uma só operação, o número total de lugares que cabem a cada lista. O escrutínio de representação proporcional segundo o método de Hondt é utilizado em países que adoptaram um sistema de representação proporcional para as eleições legislativas, como a Bélgica e Portugal, e em países que adoptaram um sistema eleitoral misto, como a Alemanha.

actuais do País, por se adequar à nossa jovem democracia partidária” (ARAÚJO, *Colecânea*, p. 96).

Este Sistema Eleitoral é de lista, pelo que os partidos têm de apresentar os nomes dos seus candidatos que se vão submeter ao sufrágio. Logo, a Lei n.º 5/92 de 16 de Abril – estabelece no seu artigo 29º e ss, as regras para a eleição dos Deputados:

- a) Cada Província elege, por direito próprio, cinco deputados. Para este efeito, cada Província é considerada um círculo eleitoral, logo Angola possui 18 círculos eleitorais;
- b) Os restantes cento e trinta deputados são eleitos a nível nacional, sendo o País, para este efeito, considerado um círculo eleitoral;
- c) Para as comunidades angolanas no exterior é constituído um círculo eleitoral de três deputados, sendo dois para África e o outro para o resto do mundo.

Entende-se que as particularidades do País, a existência de diversidades étnicas e sociais e a forma como as populações e as riquezas estão distribuídas pelo território nacional, levaram com que o legislador aplicasse, de forma criadora, este sistema eleitoral.

A escolha de um sistema eleitoral levanta apenas problemas técnicos: trata-se de saber em que modalidades serão repartidos os lugares de deputados, tendo em conta os sufrágios expressos pelos eleitores.

Na realidade, a adopção de um ou outro faz-se em virtude de considerações políticas, uma vez que os diversos tipos de escrutínio têm consequências muito diferentes, designadamente sobre o sistema de Partidos.

Bonavides e Duverger, consideram que esse “sistema traz consigo vantagens desde o ponto de vista de formação de governos estáveis até aquilo que chamou de pulverização partidária, por um lado, por outro, cria, aquilo que designou de eleitores «fiel de balança»”, provenientes da flutuação entre os dois grandes partidos concorrentes, assim como aproxima o eleitoral do candidato à deputado, permitindo com que o primeiro vote mais pelas qualidades políticas (BONAVIDES, 10.ª edição, p. 248).

Neste diapasão Bonavides apresenta outra face da questão, as desvantagens, que no seu ver “os sistemas maioritários podem conduzir ao governo, com maioria no Parlamento,

um partido que saiu vitorioso nas eleições sem contudo haver obtido em todos círculos eleitorais uma quantidade superior de votos” (BONAVIDES, p.249).

Á título de exemplo, aconteceu em 1951 nas eleições gerais na Inglaterra, para a renovação do Parlamento, quando os trabalhistas lograram 13.900.000 sufrágios e só elegeram 295 deputados à Câmara das Comuns, enquanto os conservadores com 13.700.000 - duzentos mil a menos em todo país – elegeram 320 deputados, correspondentes às 320 circunscrições de onde emergiram vitoriosos (ibdem).

Segundo Duverger, se o sistema adoptado é o maioritário de uma volta, como ganha quem tiver mais votos, obriga a uma união de forças desde o início e por isso favorece um sistema bipartidário, como é o caso da Inglaterra (DUVERGER, 1985, p.111).

Se o sistema adoptado é o maioritário de duas voltas favorecerá um sistema multipartidário com partidos dependentes, forçados a agruparem-se em blocos ou alianças antes da segunda volta, como foi o caso da França depois de 1958.

Ainda Duverger considera que, se o sistema adoptado é de representação proporcional favorecerá um sistema multipartidário com partidos independentes, uma vez que favorece a representação de todos os partidos, mesmo os mais pequenos (Ibdem).

Entretanto, Maurice Duverger adianta que estas duas formas (sistemas maioritários e o sistema proporcional) sofrem certas correcções, como: em Portugal, foi o sistema partidário que determinou o sistema eleitoral e na Grã-Bretanha, para além de dois grandes partidos iniciais, há já outros mais pequenos (Idem, p.107)

Portanto, os sistemas eleitorais seguindo a perspectiva analítica dos dois ilustres especialistas referenciados, e acrescentando o Maurice Duverger, produzem três principais efeitos nomeadamente fragmentação partidária, as maiorias unipartidarias e desproporcionalidades entre votos e cadeira.

1.4.2. Processo Eleitoral

O primeiro contacto com a expressão "*processo eleitoral*" naturalmente remete o leitor ao entendimento clássico do processo como um conjunto de atos atinentes às eleições. Também pode ser conhecido como um instrumento por meio do qual o Judiciário compõe a lide submetida a sua apreciação.

A doutrina reproduz de forma abrangente as referências legais para defini-lo como o conjunto de atividades realizadas para a materialização do pleito, compreendendo toda a matéria atinente aos atos realizados entre a formação das coligações e a diplomação.

O processo eleitoral consiste num conjunto de actos abrangendo a preparação e a realização das eleições, incluindo o apuramento dos votos e a diplomação dos eleitos. Devendo, deste modo, entender-se o processo eleitoral como os actos que se reflectem, ou de alguma forma se projectam no pleito eleitoral, abrangendo as coligações, convenções, registos de candidatos, propaganda política eleitoral, votação, apuração e diplomação.

O processo eleitoral, que constitui sucessão ordenada de atos e estágios causalmente vinculados entre si, supõe, em função dos objetivos que lhe são inerentes, a sua integral submissão a uma disciplina jurídica que, ao discriminar os momentos que o compõem, indica as fases em que ele se desenvolve: (a) fase pré-eleitoral, que, iniciando-se com a realização das convenções partidárias e a escolha de candidaturas, estende-se até a propaganda eleitoral respectiva; (b) fase eleitoral propriamente dita, que compreende o início, a realização e o encerramento da votação e (c) fase pós-eleitoral, que principia com a apuração e contagem de votos e termina com a diplomação dos candidatos eleitos, assim como dos seus respectivos suplentes (SILVA e COSTA, 2002, p. 340).

“A soberania deverá ser exercida pelo povo... o povo angolano deverá exercer o poder político através do sufrágio universal periódico para a escolha dos seus representantes e de outras formas de participação democrática na vida nacional. As eleições gerais deverão ser regidas por leis específicas.” (art. 3º - Lei Constitucional).

Estas leis específicas são acompanhadas de um conjunto de meios técnicos e humanos que garantam o sucesso do processo eleitoral, que em nosso entender, vai desde a aprovação e divulgação do pacote legislativo até a divulgação dos resultados eleitorais.

As acções são acompanhadas de desafios que a própria história do processo eleitoral, de 1992, criou e que a necessidade delas serem ultrapassadas é tão urgente quanto o cumprimento escrupuloso das normas que regulam o próprio processo eleitoral.

Na nossa forma de ver, existe um conjunto de desafios, mas fizemos apenas referência daqueles que pela sua plenitude espelham bem o quanto o nosso processo avizinha-se de extrema complexidade, nomeadamente:

- O aspecto psicológico que constitui preocupação, o medo das populações em relação à eleições, estigma de 1992, resultante de intimidações entre militantes dos partidos políticos, o que pressupõe haver indício de uma cultura de violência e intolerância política. Na prática, as diferentes formações políticas, acusam-se mutuamente, sobre intolerância política devido a actos de vandalismos que se têm praticado em quase todo país, em particular no seu interior, onde a atenção das direcções locais dos partidos pouco ou nada podem fazer;
- O desafio gnoseológico, a ignorância da evolução do cenário político angolano: paz real, o fim definitivo do conflito, o desarmamento da população, a livre circulação das pessoas e a extensão da Administração do Estado em todo território nacional; o fraco trabalho de sensibilização e a informação débil sobre a importância das eleições em tempo de paz e os efeitos benéficos da democracia; o grau elevado de analfabeto, bem como a falta de circulação de informação entre as instituições públicas;
- O desafio infraestrutural com um cenário de pontes partidas, vias danificadas por efeito da natureza e humana (minas), dificuldades de circulação de pessoas e bens; existência de vias de acesso minadas, sobretudo no interior do país, mormente nas províncias do Moxico, Bié, Huambo, Kuando Kubango e Lundas Norte e Sul; ausências de infra-estruturas eleitorais, exigindo-se a reparação, arrendamento ou

construção, o que implica recursos financeiros onerosos, são os grandes desafios neste campo.

A estatística é outro desafio que consideramos de importante e pensamos que iremos para as próximas eleições sem uma estatística actualizada que permitisse aos órgãos de direito aferir logo a partida, quantos somos, no tocante a população votante;

No plano externo, não há dados sobre os angolanos que vivem na diáspora, nos termos da Lei eleitoral, têm o direito fundamental de se registar e votar;

O desafio do desarmamento das populações. Apesar de se ter feito muito trabalho neste domínio, ainda há muita população civil, sobretudo nas pequenas cidades e aglomerados populacionais que por razões de desconfiança (cultura da desconfiança) ainda detém armas, para uma possível autodefesa, pelo que urge a necessidade de se fazer um trabalho de sensibilização muito grande junto destas comunidades para que os mesmos sejam entregues à Polícia Nacional;

Os recursos humanos, pensamos que se deve formar funcionários e agentes eleitorais, o que em termos logísticos e humanos apresenta um verdadeiro problema.

A referência a processo eleitoral é perfeitamente adequada ao que nesta expressão se contém. Eleições realizam-se por um processo, a dizer, um conjunto de atos e comportamentos que se encadeiam para a obtenção de um resultado. Democrático é o processo eleitoral no qual a liberdade igual dos cidadãos perpassa todas as fases e seja assegurada plenamente a todos os membros da sociedade. Desta liberdade é que nasce o pluralismo político e é nela que se aperfeiçoa o princípio jurídico da igualdade de oportunidades, inclusive a de disputar os cargos para os quais se propõe a escolha e a de ter cada qual das manifestações dos cidadãos o mesmo valor.

1.5. TEORIA DOS CONFLITOS

O termo conflito define o conjunto de duas ou mais hipotéticas situações que são exclusivas, isto é, que não podem ter lugar em simultânea (por serem incompatíveis).

Para o Alemão Ralf Dahrendorf, o conflito é um facto social universal e necessário, que se resolve com a mudança social.

Karl Marx, pela parte que lhe toca, era da opinião que o conflito tinha a sua origem na dialéctica do materialismo e na luta de classes.

As teorias que existem sobre o conflito social permitem explicar a necessidade social de ordem e integração, que se traduz no desenvolvimento de políticas de consenso ou de coacção.

Em ambos os casos, o conflito constitui-se como o factor da mudança social e como parte da dinâmica social perante o consenso.

Com o desenvolvimento da teoria do conflito, este começou a ser visto como um aspecto funcional da sociedade. Antigamente, o conflito era analisado a partir de uma perspectiva moral (como a guerra santa) ou justa. Também podia ser tido em conta como o direito à rebeldia (de acordo com John Locke) ou como uma consequência da referida luta de classes.

A partir do funcionalismo e da teoria do conflito, passou a ser considerado como sendo uma relação social com funções positivas para a sociedade, desde que a sua potencialidade destrutiva e desintegradora pudesse ser mantida sob controlo.

A primeira noção que se deve ter sobre as interações sociais existentes em qualquer povo podem se suceder por intermédio de duas formas básicas: a cooperação e o conflito. Aquela resulta de modelos ideais de interatividade movidos essencialmente pela não resistência aos interesses ou direitos de determinadas pessoas. Traduz-se, em regra, no adimplemento espontâneo das obrigações e compreensão exata da legitimidade do outro para exercer seus intulamentos e atuar sobre os bens da vida a ele correlacionados.

O conflito é a negação da cooperação. Conceituá-lo é tarefa hercúlea. Demanda cuidado, responsabilidade e destreza, pois segundo Norberto Bobbio “qualquer grupo social, qualquer sociedade histórica pode ser definida em qualquer momento de acordo com as formas de Conflito e de cooperação entre os diversos atores que nela surgem” (BOBBIO, 1998, p.225). Maurício Godinho Delgado refere que o processo de definição de um fenómeno envolve dois elementos fundamentais: a declaração da estrutura essencial com seus respectivos componentes e o vínculo que os une (DELGADO, 2011, p.49).

Ainda que grande parte das definições tomem por base o elemento da conduta como ponto de partida, é possível vê-lo sob um prisma linguístico, jurídico, sociológico, cultural e psicológico ou comportamental. Nesse contexto, o conhecimento das teorias do conflito é indispensável para o entendimento das respectivas definições.

Do ponto de vista jurídico utilizam-se como sinónimos as designações conflito, controvérsia, contenda, em regra aliadas ao interesse sendo que estes envolvem necessariamente uma insatisfação que, por seu turno, gera uma tensão. Compreendem-se os conflitos de interesses a partir de ideias e desejos contrapostos cujo objeto é um bem da vida.

No plano das ciências sociais, a noção de conflito é de consideração transdisciplinar e transversal a diversas áreas de estudo, designadamente a sociologia, a psicologia, a antropologia, a ciência política e as relações internacionais. Com efeito, todas estas ciências reconhecem que as situações de conflito e o comportamento humano associado decorrem da própria existência do facto social⁵. A noção de conflito “refere-se a uma situação na qual uma pessoa é motivada para participar em duas ou mais actividades mutuamente excluentes.” (MURRAY, Vol.3, p.220).

Já no plano das relações sociais o conflito constitui “um elemento importante da interacção social podendo ser considerado como uma luta por valores ou reivindicação de estatuto, poder ou recursos escassos, na qual os objectivos das partes em conflito vão, não apenas obter os valores desejados, mas também neutralizar, ferir ou eliminar os seus rivais” (COSER, p.232). Sendo inerente ao próprio facto social e definindo-se como uma característica intrínseca da sociedade, o fenómeno conflitual não deve, no entanto, ser perspectivado isoladamente ou em oposição à noção de ordem.

A abordagem interacionista concentra-se e adquire expressão nas relações inter-grupais verificadas entre sociedades politicamente organizadas. Neste sentido o conflito “é uma condição social que surge quando dois ou mais actores perseguem objectivos mutuamente excluentes ou mutuamente incompatíveis”(Idem, p.233).

⁵ Facto social, segundo Émile Durkeim (2001, p.39) são todos os fenómenos que ocorrem na sociedade, por pouco que apresentem, com uma certa generalidade, algum interesse social.

Segundo a *concepção objectiva*, o conflito pode ser definido como “uma situação de competição em que as partes estão conscientes da incompatibilidade das posições possíveis e na qual cada uma delas quer ocupar uma posição que é incompatível com a que a outra parte quer ocupar” (ibidem). A concepção de Boulding, para quem os conflitos são expressões das incompatibilidades de posições. E há incompatibilidade de interesses (ou de posição) quando a realização simultânea de dois interesses é materialmente impossível.

Segundo a *concepção subjectiva*, o conflito é “o resultado de uma percepção errada de uma situação objectiva”. Uma situação objectiva é entendida em termos de situação incompatível. Por isso, “o conflito é essencialmente subjectivo” (BURTON, 1969, p.212).

A literatura relativa aos conflitos é bastante extensa. No entanto, os diversos estudos sobre os conflitos realizados na última metade do século XX incidem sobre as causas dos conflitos e sobre os processos, os mecanismos e os meios que podem e devem ser utilizados para os controlar e resolvê-los.

No que respeita à descoberta e identificação das causas dos conflitos, no campo da psicologia, da psicologia social e da sociologia, de entre as diversas causas dos conflitos o *indivíduo* encontra-se no centro delas, com as suas características de agressividade, frustração, erros de percepção, etc. – a responsabilidade pela eclosão de conflitos, desenvolvendo a interpretação *socio-psicológica*, segundo a qual o ser humano é por natureza agressivo e a agressividade individual é transferida para o grupo e manifesta-se logo que as condições psicológicas lhe são favoráveis, e a interpretação socio-histórica, que aponta a violência inerente à condição da existência humana como principal fonte dos conflitos, que contribui para o progresso da humanidade. Outros consideram que são os atributos físicos, culturais e ideológicos dos actores.

1.6. CONFLITOS ELEITORAIS

Estes reflectem os problemas e as oportunidades que caracterizam as eleições, onde estão em jogo vários interesses. Esses jogos podem ser de competição onde o resultado final pode ser de soma zero como de soma variada⁶

As eleições se apresentam como uma disputa institucional onde a lei e a vontade pública se devem sobrepor à ansiedade, à vontade dos Partidos e dos candidatos. Pelo contrário, surgem daí conflitos que se podem manifestar em todo o processo, desde a promulgação de leis que servem para descriminar candidatos, a oposição ou minorias, e às vezes mesmo as maiorias, como era o caso das leis do apartheid, na África do Sul; o uso das mais diversas formas de procedimentos, encobertos ou não atrás de pretensos actos administrativos; o impedimento de um cidadão com capacidade eleitoral de se inscrever, riscá-lo dos cadernos eleitorais, ou manter nos cadernos eleitorais o nome daqueles que, por morte ou outra razão, já não devem aí constar, são consideradas como potenciais elementos para conflitos eleitorais.

É, entretanto, de destacar uma passagem de Lipset, na sua obra *Consenso e Conflitos*, quando se refere que os partidos políticos ao longo da história dos governos ocidentais têm significado divisão, conflito, oposição no interior de um corpo. Segundo o mesmo, desde o surgimento no discurso político, a expressão partido, no final da Idade Média, tem mantido sempre a referência de um conjunto de elementos em competição ou em controvérsia com outro conjunto de componentes no interior de um todo unificado (LIPSET, 1992, p.164).

Associam-se a isso como susceptíveis de criarem conflitos eleitorais, suspeições e dúvidas, sobre a isenção de quem organizou as eleições, sobre a sua validade, justiça e legalidade do processo, a utilização de recursos públicos para fins partidários; liberdade de imprensa; constituição das comissões eleitorais; a linguagem utilizada nas campanhas eleitorais; a votação, contagem e verificação dos resultados.

⁶ Resultados finais de soma zero é quando um dos competidores ganha e o outro perde. Já os resultados de soma variáveis são quando, independentemente da intensidade e do volume dos recursos investidos na competição, os competidores podem acabar por ganhar conjuntamente.

Os conflitos podem surgir em todas as fases do processo eleitoral, nomeadamente a fase pré- eleitoral, a fase eleitoral e a pós- eleitoral. Em relação a esta última, os conflitos surgem sobretudo no apuramento dos resultados e na sua aceitação.

1.7. PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Não é possível a Humanidade viver sem conflitos, pois ele deriva da própria natureza e da interacção humana e do modo como nos organizamos em sociedade. Na verdade, vivemos em conflitos e entre conflitos o tempo todo. O importante é adaptarmo-nos às situações, retirando o que há de positivo em cada conflito da sociedade.

Os conflitos surgem de uma forma normal e contínua na sociedade humana. Nem sempre são violentos e podem nem sequer constituir um problema. São um meio pelo qual expressamos a nossa diversidade ou provocamos uma mudança.

Quando o conflito existente no seio de uma sociedade é gerido e transformado adequadamente, pode inclusive provocar o crescimento. Por outro lado, quando os grupos em confronto não têm capacidade de manter o conflito controlado, e quando outros factores – como a injustiça, a desigualdade ou as aspirações não satisfeitas – se encontram presentes, os conflitos podem tornar-se violentos e prolongar-se no tempo.

Os conflitos armados podem ter consequências terríveis e alguns suportam directamente essas consequências. Perdem um membro da família ou têm de abandonar o seu lar. Vivem com um braço ou uma perna mutilados. Outros assistem ao sofrimento dos amigos ou conhecidos que sofrem essas perdas. Outros ainda sabem destas tragédias pelos jornais ou pela televisão.

A exacerbação da divergência entre indivíduos ou grupos com enfrentamento quanto a percepção de incompatibilidade de objectivos; percepção de oportunidade de interferência e as condições de antecedentes produzem situações favoráveis à concorrência de conflito.

Nesse processo de conflitos, a preocupação das sociedades é a busca de mecanismos, variáveis que facilitem a prevenção e resolução dos conflitos, buscando para o efeitos de natureza da eficácia e da eficiência.

Qualquer conflito que se apresenta acarreta consigo as suas consequências desde o ponto de vista material, físico, mental e estrutural, auto-alimentando e prejudicando o relacionamento entre as pessoas, instituições e associações conflituantes. Porém, é sempre preocupação do homem evitar “prevenir” conflitos, se não muito, resolvê-los.

Deste modo, os conflitos destroem as vidas das suas vítimas e a qualidade de vida dos sobreviventes. O seu legado são a ruína social e anarquia generalizadas. Atrasam durante décadas o desenvolvimento económico. E quem pode calcular o custo, em termos sociais, da perda de médicos, professores e outros profissionais, quando as escolas e as infra-estruturas são destruídas? Como se mede, num país, o impacte da perda de uma geração dos seus filhos?

Para além do aspecto de resultados destrutivos, os conflitos também encerram resultados construtivos.

São resultados construtivos quando eles:

- *“despertam o sentimento e estimulam a energia – ou seja, leva as pessoas a ficarem mais atentas, esforçadas e acesas;*
- *fortalecem o sentimento de identidade – quando todos os cidadãos forem parte integrante deste conflito, torna-se mais coeso, ligado e mais se identificam com os problemas, objectivos e interesses da sociedade;*
- *despertam a atenção dos problemas – é uma maneira de chamar atenção para os problemas existentes;*
- *testam a balança do poder em se identificar com a causa dos cidadãos”⁷.*

São resultados destrutivos quando os conflitos:

- *“desencadeiam sentimentos de frustração e ansiedade;*
- *aumentam a coesão grupal;*
- *desviam energia para ele mesmo;*
- *levam uma parte a bloquear a actividade da outra parte”⁸;*

⁷ Extraído dos textos policopiados do Curso de Chefia e Liderança, proferida pelo Dr. Chiquito Neto, Consultor em Administração e Gestão do Instituto Nacional de Administração Pública

⁸ Idem

Deste modo, entendemos que na perspectiva de prevenção de conflitos deve-se ter em consideração os seguintes aspectos:

1. Dar maior ênfase à eficiência de cada instituição como um todo do que à eficiência isolada de cada instituição;
2. Estimular um elevado nível de interação e comunicação entre os organismos do Estado encarregues de gerir todo o processo eleitoral;
3. Estimular a rotação dos membros entre instituições para que haja maior compreensão e empatia pelos problemas reciprocamente percebidos;
4. Evitar a competição entre grupos e dar ênfase à cooperação/colaboração entre os demais organismos;
5. Aquartelamento de tropas;
6. Controlo do material letal (meios bélicos);
7. Controlo e acompanhamento dos focos de tensão;
8. Sensibilização da população, sobre as consequências de possíveis conflitos, derivado de incompreensões;

Uma vez preocupado com a prevenção de conflitos, devemos ater igualmente uma especial atenção que em caso de conflito, quais os procedimentos a seguir para a sua resolução?

No processo de resolução de conflitos, segundo Chiquito Neto⁹, a identificação e resolução passa pelos seguintes procedimentos:

1. Análise das causas do conflito;
2. Identificação dos recursos possíveis para resolvê-los;
3. Apresentação de hipóteses de solução;
4. Escolha das alternativas mais vantajosas;
5. Aplicação prática da solução escolhida.

⁹ Professor e Consultor em Administração e Gestão do Instituto Nacional de Administração Pública.

Neste contexto, a resolução de conflitos pode encerrar, tendo em conta os pressupostos acima adiantados, numa das três variáveis que se seguem, acrescida do modo como o conflito se apresenta:

- “1. **Resolução perder/perder:** Cada parte desiste de alguns objectivos por meio do compromisso mútuo;
2. **Resolução ganhar/perder:** Uma das partes consegue vencer o conflito atingindo os seus objectivos e frustrando a outra parte;
3. **Resolução ganhar/ganhar:** as partes conseguem identificar soluções bem sucedidas para os seus problemas”¹⁰.

¹⁰ Ibidem

CAPÍTULO II

AS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS

2.1. TIPOS DE ELEIÇÕES

O termo *democracia* para designar um sistema hipotético, que serve como ideal. O termo *poliarquia* é usado em referência à sistemas reais. Para Dahl “as poliarquias podem ser pensadas como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (DAHL, 2005, p.31).

Dahl, considera que a democratização tem duas dimensões: contestação pública e direito de participação. A primeira corresponde ao grau de liberalização; a segunda corresponde ao grau de inclusividade. Explica as duas dimensões no exemplo do direito de voto em eleições livres e idóneas: quando um regime garante este direito a alguns de seus cidadãos, ele caminha para uma maior contestação pública. E quanto maior é a proporção de cidadãos que desfruta do direito, mais inclusivo é o regime.

Regimes com baixo grau de liberalização e de inclusividade são considerados hegemonias fechadas¹¹. Regimes com alto grau de liberalização e baixo grau de inclusividade são considerados oligarquias competitivas¹². Regimes com alto grau de inclusividade e baixo grau de liberalização são considerados hegemonias inclusivas¹³. E regimes com alto grau de liberalização e de inclusividade são considerados poliarquias¹⁴.

Estes são alguns dos vários benefícios da democracia apontados por Dahl: a democracia ajuda a impedir o governo de autocratas cruéis e perversos; a democracia garante aos cidadãos uma série de direitos fundamentais que os sistemas não-democráticos não proporcionam (nem podem proporcionar); a democracia assegura aos cidadãos uma liberdade mais ampla que qualquer alternativa viável.

Assim, Dahl considera que só são democráticos os países nos quais os governantes são substituídos periodicamente pela população em eleições livres. Independentemente dos

¹¹ Regimes em que o poder não é disputado e a participação política é limitada

¹² Regimes com disputa do poder e participação política limitada

¹³ Regimes em que há disputa do poder, mas com ampliação de participação

¹⁴ Regimes com disputa de poder e ampliação de participação política

termos que usamos para designar os países politicamente livres (*democracia* ou *poliarquia*) é importante saber quais são esses países.

Essa posição de Dahl choca com a de Duverger (1985, p.5), quando considera que os Estados democráticos são aqueles que atingiram a concepção, segundo a qual o direito Constitucional atribui-lhes o pressuposto em que os governantes são considerados como homens comuns, sujeitos ao direito do mesmo modo que os cidadãos (DUVERGER, 1985, p.5).

O que nos parece, as duas visões apesar de contraditórias, apresentam um ponto de convergência, quando se referem dos governantes e igualdade de direitos entre ambos. Entretanto, consideramos as duas visões sobre democracia, que é vista como a forma de governo pela qual o povo participa de forma directa e indirecta na gestão e governação de um país, escolhendo os seus representantes nos órgãos de soberania, por via de eleições livres e justas.

Esta participação que nos referimos, para além do voto legislativo e presidencial, em nosso entender, ela pode provir de outras formas como os referendos e plebiscitos.

“o referendo é quando os cidadãos eleitores são chamados a exprimir o seu assentimento ou a sua discordância, com um sim ou não a uma proposta de resolução de um órgão do Poder. Ele se traduz na consulta do eleitorado sobre um texto. Enquanto que o plebiscito é quando o eleitorado é chamado a manifestar o seu apoio ou desconfiança a um regime ou a um governante, em que a aprovação é pedida por um homem” (FERNANDES, 1995, p.212).

Assim, continua o referido autor, pode-se entender a eleição, quer para as presidenciais, como para as legislativas, o plebiscito e referendo, como uma base do modelo democrático, que constitui um processo de designação dos governantes oposto à hereditariedade, à cooptação ou à conquista violenta, que são os meios autocráticos.

Relativamente a finalidade das eleições, Fernandes diz que serve basicamente para escolha dos governantes, isto é, os membros dos principais órgãos de soberania constituem um dos traços mais característicos de todos os regimes democráticos liberais.

Falar de realização de eleições é imprescindível primeiramente debruçarmo-nos um pouco sobre os elementos que constituem o modelo democrático, nomeadamente:

1. A designação dos governantes através de eleições por sufrágio universal, a existência dum Parlamento com amplos poderes e uma hierarquia das normas jurídicas que assegura um controlo das autoridades públicas por juízes independentes. Estas instituições visam o mesmo fim: impedir que o poder político seja demasiado forte, a fim de preservar as liberdades dos cidadãos;
2. A representação popular através das eleições permite aos cidadãos designar os governantes e não manter no poder depois de expirarem os seus mandatos. A separação do poder faz com que cada órgão governamental controla o outro, de tal modo que “o poder limita o poder;
3. O princípio da legalidade e a hierarquia das normas jurídicas asseguram esta limitação dos governantes a todos os níveis e conferem aos governados meios para se oporem aos actos ilegais (FERNANDES, 1995, p.57).

Num estudo comparado, a promoção da governação democrática na região da SADC desde o advento do multipartidarismo político nos princípios dos anos 90, sem dúvida tem havido ganhos significativos. Mas a qualidade, o significado e aceitação dos resultados eleitorais e a legitimidade dos resultados eleitorais, bem como a legitimidade dos vencedores, continuam a ser a fonte de consternação.

Á título de exemplo, foi demonstrado depois das eleições no ano de 2002 no Lesotho, Madagáscar, Zâmbia e Zimbabwe, tendo estes dois últimos países servido de exemplo mais fortes e desastrosos do retrocesso das eleições democráticas.

Na Zâmbia e Zimbabwe, foram evidenciados actos de fabricação de legislação para conter a oposição, violência política, a cobertura insuficiente do registo eleitoral, o abuso dos recursos do governo pelos partidos dirigentes durante a campanha eleitoral, falta de transparência na contagem e divulgação dos resultados eleitorais e a hostilidade dos governos para com os grupos de observação.

Particularmente na Zâmbia, foi a emenda efectiva da Lei n.º8 de 1996, que mudou a lei eleitoral e inseriu a clausula da cidadania para excluir candidatos presidenciais cujos pais não fossem zambianos por nascimento ou descendência.

No Zimbabwe, em Junho de 2001, introduziu-se na legislação segundo a qual cidadãos com dupla nacionalidade não podem votar, a menos que renunciem a uma delas. Assim, sob a lei de cidadania, a dupla nacionalidade não é reconhecida.

No caso do Zimbabwe, relativa a nacionalidade, não é em todo absoluta de razão de tentativa de fraude ou conflito eleitoral. Por outro lado, diz-se que é direito de quase todas as constituições, como primeira condição de capacidade política, a questão da nacionalidade; se não vejamos, a nacionalidade é uma condição mínima de vinculação ao país e à coisa pública (BONAVIDES, 10.^a edic, p.233).

Percebemos que um dado candidato não tem um acompanhamento directo da vida socio-política, económica e cultural até que ponto pode representar os interesses mais sublimes de uma nação? É justo que as autoridades daquele país, depois de analisada a legislação correspondente e feito estudo comparado ter encontrado este vazio da própria lei. Não nos parece que a interpretação seja feita na desconfiança, parecendo mais correcto que se trata de uma actualização da própria legislação.

O lado errado da questão é que se prende com a alteração da legislação, em aproximação de qualquer processo eleitoral o que levanta suspeição sobre o carácter exclusivo de impor barreiras à candidatos. Mas se olhamos na perspectiva legal, não vimos quaisquer intenções de restrição e exclusão. O mesmo se pode inferir da Zâmbia.

As eleições políticas são todos os actos eleitorais que chamem a globalidade dos cidadãos com capacidade eleitoral a exercer o seu direito de voto, sem discriminação de carácter profissional, etário ou social. Elas podem ser de âmbito nacional, regional ou local (FERNANDES, 1995, p.213).

Eleições de âmbito nacional são as que se destinam a escolher os órgãos de soberania (Presidente da República e membros do Parlamento).

São eleições de âmbito regional e local, as que têm por objecto a escolha dos membros das assembleias e dos executivos regionais e locais (idem).

As eleições nacionais podem ter lugar no quadro do Estado ou no quadro das circunscrições territoriais. Deste modo, a eleição do Presidente da República por sufrágio eleitoral realiza-se no quadro nacional, enquanto a eleição dos membros do Parlamento realiza-se normalmente no quadro das circunscrições territoriais ou simultaneamente no quadro nacional e no quadro das circunscrições. Eleições específicas: destinam-se a escolher os órgãos de sindicatos, sociais, universitários e estudantis.

Assim, o sistema eleitoral na Lei Constitucional de 1992 abrangia dois tipos de eleições o sistema eleitoral para a eleição do Presidente da República e os sistema eleitoral para a eleição dos Deputados à Assembleia Nacional. Deste modo, para o primeiro tipo, referente à eleição do Presidente da República, o Presidente da República é eleito por sufrágio universal, directo, igual, secreto e periódico, pelos cidadãos residentes no território nacional, nos termos da lei. O Presidente da República é eleito por maioria absoluta dos votos validamente expressos. Se nenhum candidato a obtiver, procede-se a uma segunda votação, à qual só podem concorrer os dois candidatos que tenham obtido o maior número de votos na primeira e não tenham desistido. As candidaturas para Presidente da República são apresentadas pelos partidos políticos ou coligações de partidos políticos legalmente constituídos ou por um mínimo de cinco mil e um máximo de dez mil cidadãos eleitores. E as candidaturas são apresentadas ao Presidente do Tribunal Supremo, até sessenta dias antes da data prevista para a eleição.

Enquanto para o segundo tipo, no tocante à eleição dos Deputados à Assembleia Nacional, os Deputados à Assembleia Nacional são eleitos segundo o sistema de representação proporcional, adoptando-se o seguinte critério: a) por direito próprio cada província é representada na Assembleia Nacional por um número de cinco Deputados, constituindo para esse efeito cada província um círculo eleitoral; b) os restantes cento e trinta Deputados são eleitos a nível nacional considerando-se o país para este efeito um círculo eleitoral único; c) para as comunidades Angolanas no exterior é constituído um círculo eleitoral representado por um número de três Deputados, correspondendo dois à zona África e um o resto do mundo.

Portanto, o mandato dos Deputados inicia-se com a primeira sessão da Assembleia Nacional após as eleições e cessa com a primeira sessão após as eleições subsequentes, sem prejuízo de suspensão ou de cessação individual do mandato

2.2. AS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA

Partindo da definição constante do ponto 1.1. do capítulo I, designamos por Forças de Defesa e Segurança, as FAA, P.N, SIE, SIM e SINFO.

As FAA, sob autoridade suprema do seu Comandante em Chefe, obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Lei Constitucional (artigo 151.º, n.º 1), incumbindo-lhes a defesa militar da Nação. As FAA, como instituição do Estado são permanentes, regulares e apartidária (art. 151.º, n.º 2 – Lei Constitucional).

O SINFO é, na circunstância, o órgão do Estado que integra o Sistema de Segurança Nacional criado ao abrigo da Lei n.º 12, de 16 de Agosto de 2002, sobre a Segurança Nacional [artigo 1.º do Estatuto Orgânico do Serviço de Informações], que lhe é incumbido “...a pesquisa, produção e processamento de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir, impedir e combater a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que pela sua natureza possam perigar, alterar ou destruir o Estado Democrático de direito constitucionalmente estabelecido”.

O SIE é, de igual contendo, uma instituição do Estado, com jurisdição exclusiva em matéria de execução da política e estratégia de segurança externa do Estado Angolano”, criado ao abrigo da Lei n.º 12/02, de 16 de Agosto, sobre a Segurança Nacional.

A P.N. é o órgão da Administração do Estado Angolano encarregue da manutenção da ordem pública e da defesa dos interesses, da integridade e da segurança de todas as pessoas que se encontram em Angola, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade, raça, religião, origem social ou opção política.

A P.N. é regida pela legislação em vigor. Ela exerce as suas funções em conformidade com esses textos e respeitando a letra e o espírito dos princípios democráticos e dos

direitos humanos reconhecidos no plano internacional, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A P.N. é uma corporação que, tendo em consideração os princípios da descentralização administrativa, exerce as suas competências em todo o território nacional aos níveis nacional, provincial, municipal e comunal. Ela exerce as suas actividades nos limites autorizados pela legislação em vigor, no estrito respeito pelos princípios do Estado Democrático e de Direito e das liberdades fundamentais. As suas actividades, salvo nos casos previstos pela lei, não poderão em circunstância alguma serem orientadas com vista a impedir ou limitar o exercício dos direitos políticos dos cidadãos ou a favorecer qualquer partido político. Toda a violação desses princípios implica, em conformidade com a lei, a responsabilidade da Polícia Nacional Angolana, isto sem prejuízo da responsabilidade individual, civil e criminal dos seus membros perante os competentes tribunais de Angola.

Portanto, este quadro jurídico-legal, na sua dimensão não representa novidade do ponto de vista de operacionalidade. A sua diferença consiste no facto de que o processo eleitoral registou um interregno num espaço de aproximadamente 16 anos. Tempo suficiente para que estas forças perdessem de vista os seus mecanismos de actuação em fases do processo eleitoral, tendo em atenção as suas atribuições e competência no xadrez político de um Estado Democrático e de Direito.

Nos artigos 14.º e 15.º Resolução n.º10/05, de 4 de Julho, sobre o Código de Conduta Eleitoral, atribui papel às forças da ordem pública, uma vez ser ela que possui treinamento, equipamento e recursos humanos para garantir a segurança pública.

O artigo 14.º refere que as forças da ordem pública, no exercício da sua missão, têm direito a:

- a) meios logísticos e demais meios para o cumprimento da missão;
- b) ser respeitada pelos demais agentes eleitorais.

No artigo 15.º (deveres) – As forças da ordem pública, no exercício da sua missão, devem:

- a) actuar com imparcialidade e transparência em relação a todos os concorrentes e aos cidadãos em geral;
- b) abster-se de se imiscuir nos assuntos dos membros das Assembleias de Voto;
- c) abster-se da prática de conduta contrária à lei.

Em complementaridade à problemática da omissão na Lei eleitoral sobre o papel das forças de Defesa e Segurança no processo eleitoral, recorremos à Lei Constitucional nos n.º 1 e 2 do artigo 149.º, onde, “ao Estado compete assegurar a defesa nacional” e “a defesa nacional tem por objectivos garantir a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e a segurança contra agressão ou ameaça externa, no quadro da ordem constitucional instituída e do direito internacional”.

Este artigo vem a esclarecer as nossas preocupações. A intervenção das FAA, quando necessárias, da Polícia Nacional, do Serviço de Informações e do Serviço de Inteligência Externa no processo eleitoral é uma questão de defesa, integridade territorial e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Particularmente as Forças Armadas Angolanas, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas é clara ao indicar a perspectiva restrita de Segurança Nacional, desde logo no seu artigo 1.º, delimitar materialmente a actividade da Defesa Nacional.

À esta conclusão pode-se também acrescentar que, em Angola, as Forças Armadas se envolvem em actividades de segurança interna apenas e quando se verifiquem situações extraordinárias ou excepcionais. Na Lei n.º 17/91, de 11 de Maio) nos termos da qual, em Estado de Sítio e em Estado de Emergência, as Forças Armadas ou autoridades militares podem substituir ou subordinar os civis (artigo 3.º) e em caso de emergência, as Forças Armadas colaboram com a administração civil (artigo 4.º).

Após percorrermos a Lei de Defesa Nacional, apoiou-se também a Lei de Segurança Nacional, Lei n.º 12/02, de 16 de Agosto para apreciarmos mais internamente o desempenho das forças de defesa e segurança.

Para a persecução dos fins de Segurança Nacional, os serviços integrados no Sistema de Segurança Nacional deverão:

- “1. Produzir informações destinadas a suportar as políticas de segurança e protecção da vida, integridade e dignidade humana;
2. Produzir informações destinadas a salvaguarda e preservação da independência nacional, soberania, a paz, e tranquilidade, bem como a ordem constitucional;
3. Realizar acções e produzir informações destinadas a prevenção geral e especial, a protecção contra o terrorismo, a sabotagem, o açambarcamento, a espionagem, o tráfico ilícito de drogas e de substâncias psicotrópicas.”

Na base de sua experiência o General Mário Plácido Cirilo de Sá “ITA” considera que “qualquer Estado que pretende uma intervenção das Forças de Defesa e Segurança num processo eleitoral deve em primeira instância sofrer grandes alterações, o que vem acontecendo, desde 1992, com as Forças de Defesa e Segurança de Angola, com vista à sua adaptação ao momento político actual e à sua total despartidarização, isto é com a integração de elementos das extintas forças militares da UNITA nas Forças Armadas Angolanas e na Polícia Nacional; Os Partidos Políticos devem escusar-se de utilizarem as forças de defesa e segurança, a seu favor, em qualquer processo eleitoral, o que a efectivar-se cabe como papel da sociedade alertar sobre os perigos da partidarização destas forças”.

2.3. O SUPORTE ELEITORAL

2.3.1. O Pacote Legislativo Eleitoral de 1992

Para as eleições presidenciais e legislativas de 1992, o país contou com um pacote legislativo baseado em quatro principais leis, nomeadamente as leis:

- Lei n.º 15/91, de 11 de Março; n.º 4/92, de 27 de Março – Lei dos Partidos Políticos;
- Lei n.º 6/92, de 16 de Abril – Lei de Observação Eleitoral;
- Lei n.º 5/92, de 16 de Abril – Lei Eleitoral;
- Lei n.º 16/91, de 11 de Maio – Lei sobre o direito de reunião e manifestação;

2.4. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

A este respeito, para dirigir as eleições foi criado um órgão independente composto por representantes do poder político, dos partidos políticos e da comunicação social e da sociedade civil, que constitui o Conselho Nacional Eleitoral, que teve a função de coordenação, execução, condução e realização do registo eleitoral e de todas as actividades relativas ao processo eleitoral.

O artigo 13º da Lei Eleitoral estabelecia as competências deste órgão, destacando-se, para além das referidas no parágrafo anterior, as relativas às operações de apuramento dos resultados das eleições e publicação dos seus resultados, a aplicação das disposições constitucionais e legais referentes ao processo eleitoral, o estabelecimento de medidas que garantam que o processo eleitoral se desenvolva em condições de plena liberdade, justiça e transparência.

O Conselho Nacional Eleitoral foi presidido por um Juiz do Tribunal Supremo e integrado pelo Director Geral das Eleições, por um magistrado judicial indicado pelo Presidente do Tribunal Popular Supremo, por cinco cidadãos escolhidos de entre especialistas, indicados pelo Chefe de Estado, pelo Ministro da Administração do Território, por um representante do Conselho Nacional de Comunicação Social, por um representante do Ministério das Relações Exteriores e por um representante de cada um dos partidos políticos ou coligação de partidos legalmente constituídos. Integrou ainda o Conselho Nacional Eleitoral um representante de cada candidato à Presidente da República.

De salientar que a lei tornava incompatível o cargo de membro do Conselho Nacional Eleitoral e seus órgãos com a qualidade de candidato à Deputado ou a Presidente da República, com o objectivo de se assegurar uma maior transparência e independência deste órgão.

Ele estava composto dos seguintes órgãos:

- a) Direcção Geral das Eleições;
- b) Conselhos Provinciais Eleitorais.

Os Conselhos Provinciais Eleitorais têm os seguintes órgãos:

- a) Direcção Provincial das Eleições;
- b) Gabinetes Provinciais Eleitorais.

Estas leis tiveram pouco tempo para serem estudadas e compreendidas, pelos mais diversos intervenientes e utilizadores das mesmas. Houve um que desconhecimento da legislação vigente para as eleições.

Como exemplo, a lei mais importante do processo, a lei eleitoral, (Lei n.º 5/92 de 16 de Abril, onde constava todos os aspectos relacionados com a organização de todo o processo, como o registo eleitoral, apresentação das candidaturas aos candidatos à Presidência da República, à deputado e à Assembleia Nacional, o processo de campanha e propaganda eleitoral e o financiamento eleitoral, só aprovada 4 meses de antecedência, logo quer os partidos políticos, quer a população, quer as forças de defesa e segurança teriam muito que fazer neste processo.

2.5. REGISTO ELEITORAL

O registo e demais actos do processo eleitoral às eleições multipartidárias de 1992 tiveram lugar em todo o espaço do território nacional sob jurisdição efectiva da Administração do Estado e mesmo em áreas que estavam ainda sob controlo do partido UNITA¹⁵, como foi o caso da denominada Jamba, na Província do Kuando Kubango.

Nos termos da lei n.º 3/05, de 1 de Julho, estão sujeitos a registo todos os cidadãos angolanos residentes no País ou no estrangeiro e com dezoito anos de idade completos ou por completar até a data da realização das eleições.

¹⁵ O maior Partido Político da oposição civil em Angola

O registo no exterior do País, a lei previa que só se processaria logo que as condições materiais e os mecanismos de controlo e acompanhamento estabelecidos pelo Conselho Nacional Eleitoral e pela observação internacional estivessem criadas. Nas primeiras eleições multipartidárias, por inobservância destes pressupostos, os cidadãos angolanos no exterior do País não exerceram o seu direito de voto.

O registo dos cidadãos é livre, constituindo um direito e um dever cívico. Por esta razão ninguém pode ser obrigado a registar-se e não há sanções de qualquer natureza à pessoa que não o fizer.

A lei estabelece o princípio do registo único, tendo por conseguinte cada cidadão, o direito de se registar uma única vez. A Lei Eleitoral, no seu artigo 207º, estabelece que está sujeito à pena de prisão maior de dois a oito anos o cidadão que se registar mais do que uma vez.

O Registo Eleitoral é executado pelas brigadas de registo que podem ser fixas ou móveis.

Os partidos políticos têm poderes de fiscalização dos actos de registo, nos termos definidos na Lei Eleitoral.

2.6. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Os candidatos e proponentes no acto de apresentação das candidaturas, ao Tribunal Supremo, que as analisará, em Plenária, designaram um mandatário, ou seja, uma pessoa que os represente em todas as operações do processo eleitoral, conforme reza o artigo 60.º da Lei n.º 5/92, de 16 de Abril, Lei Eleitoral.

O Tribunal aprecia a regularidade do processo, a autenticidade dos documentos que o integram, e a elegibilidade dos candidatos, no prazo de oito dias subsequentes ao termo do prazo de apresentação das candidaturas.

O Tribunal Supremo apenas pode rejeitar as candidaturas que não estejam de acordo com o estabelecido na Lei Eleitoral, nomeadamente, as referentes às incapacidades e inelegibilidades.

Portanto, é necessário e imprescindível que Os concorrentes às eleições presidenciais e os partidos políticos ou coligações de partidos concorrentes às eleições legislativas designem um mandatário que os represente em todas as operações do processo eleitoral junto do Tribunal Supremo e não só.

2.7. CAMPANHA E PROPAGANDA ELEITORAL

Para o desenvolvimento de actividades que visem directa ou indirectamente promover as candidaturas às eleições, a Lei Eleitoral prevê um período de campanha eleitoral de trinta dias, contados da data que antecede a data do escrutínio e que termina às 00 horas do dia anterior ao marcado para as eleições.

A campanha eleitoral foi levada a cabo, em todo território nacional, pelos candidatos e seus proponentes, em igualdade de circunstâncias para todos os concorrentes, sem prejuízo da participação dos cidadãos neste processo.

A lei estabelece que as entidades públicas e as pessoas colectivas privadas devem prestar aos candidatos igual tratamento, para que estes possam efectuar livremente e nas melhores condições a sua campanha eleitoral.

Os candidatos, durante o período da campanha eleitoral gozam de liberdade de expressão e de informação, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal, assegurando-se igualmente um regime mais maleável na forma e nos prazos para a realização de reuniões e manifestações diferentes dos previstos na Lei n.º 16/91, de 11 de Maio, Lei sobre o Direito de Reunião e de Manifestação. Mesmo com esta limitação, a campanha eleitoral desenvolveu num clima de hostilidade, insultos, injúrias e difamação, apelo à desordem ou a insurreição ou o incitamento ao ódio, à violência ou a guerra em consequência da inexperiência das entidades do Estado envolvida no referido processo eleitoral.

Relativamente aos candidatos ao cargo da Presidência da República, os partidos políticos e as coligações de partidos concorrentes às eleições tinham o direito de antena, para a utilização do serviço público de radiodifusão e televisão, durante o período da campanha eleitoral, nos termos do artigo 79.º (direito de antena), previsto na lei n.º 5/92, de 16 de Abril, Lei Eleitoral, os seguintes “timings”:

- a) Rádio - Vinte minutos diários, entre as doze e as vinte e duas horas;
- b) Televisão - Dez minutos diários, entre as dezoito e as vinte e duas horas.

Em caso de simultaneidade das eleições presidenciais e legislativas aqueles tempos de antena são concedidos em dias alternados, destinando-se cada dia, exclusivamente, a um tipo de eleições.

A distribuição da ordem de utilização dos tempos de antena é feita por sorteio pelo Conselho Nacional Eleitoral, procedendo-se em seguida ao sistema de “carrocel”, ou seja, faz-se uma rotação diária da ordem de utilização dos tempos de antena, de modo a que cada candidato tenha um horário diferente em cada dia.

2.8. FINANCIAMENTO ELEITORAL

O financiamento eleitoral, baseado no artigo 88.º da lei n.º5/92, de 16 de Abril, pode ser feito por várias entidades públicas ou privadas proibindo a lei apenas o financiamento feito por governos estrangeiros e organizações governamentais estrangeiras.

O Estado concede uma verba para apoio aos candidatos às eleições presidenciais e aos partidos políticos e coligações de partidos concorrentes às eleições legislativas.

O Conselho Nacional eleitoral aprova os critérios de distribuição dos fundos de financiamento público devendo distribuí-lo de forma equitativa a todos os candidatos às eleições presidenciais. Para os concorrentes às eleições legislativas o Conselho Nacional Eleitoral deve ter em conta a proporção das candidaturas apresentadas.

Os candidatos às eleições presidenciais e os partidos políticos e coligações de partidos concorrentes às eleições legislativas devem, no final do processo eleitoral e num prazo máximo de sessenta dias após a proclamação oficial dos resultados do escrutínio, prestarem contas da sua campanha ao Conselho Nacional Eleitoral. Este analisa a regularidade das receitas e despesas, devendo dar publicidade das mesmas num dos jornais diários de maior circulação no País

CAPÍTULO III

QUADRO LEGISLATIVO ELEITORAL

3.1. QUADRO LEGISLATIVO ELEITORAL NA DÉCADA DE 2000

Para as eleições legislativas e presidenciais, foram aprovadas as seguintes leis, decretos-leis e decreto:

- **Lei n.º1/05, de 1 de Julho (Lei da Nacionalidade)**, aprovada pela Assembleia Nacional, que veio para proceder alterações das principais regras sobre a atribuição e perda da nacionalidade aprovadas pela Lei n.º 13/91 de 11 de Maio – Lei da Nacionalidade (revogada), de forma a fazer corresponder a situação desses institutos às novas condições políticas e sociais que decorrem das transformações em curso no País;
- **Lei n.º2/05, de 1 de Julho (Lei dos Partidos Políticos)**, aprovada pela Assembleia Nacional, que veio a revogar a Lei n.º 2/97 de 7 de Março – Lei dos Partidos Políticos, com a finalidade de se estabelecer um quadro partidário consentâneo com a seriedade e dignidade constitucional que são devidas ao papel dos Partidos Políticos na sociedade angolana;
- **Lei n.º3/97, de 13 de Março (Lei do Financiamento aos Partidos Políticos)**, aprovada pela Assembleia Nacional, com finalidade de estabelecer um quadro legal adequado a realidade socio-político e económico nacional;
- **Lei n.º7/02, de 28 de Junho (Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos)**, aprovada pela Assembleia Nacional, considerando estar programada a revisão do Orçamento Geral do Estado;
- **Lei n.º 16/91, de 11 de Maio (Lei Sobre o Direito de Reunião e de Manifestação)**, aprovada pela Assembleia do Povo, que revoga o decreto-lei n.º 406/74 de 29 de Agosto, cuja finalidade é de regular o direito de reunião e de manifestação consagrado na Lei Constitucional;
- **Resolução n.º 10/05, de 4 de Julho (Código de Conduta Eleitoral)**, aprovada pela Assembleia Nacional, que na realização das eleições é

importante que se adopte uma postura patriótica, cívica e moral, conforme ditam a Constituição, a lei e as regras de sã convivência social;

- **Lei n.º 6/05, de 10 de Agosto (Lei Eleitoral)**, aprovada pela Assembleia Nacional, em conformidade com a Lei Constitucional que consagra Angola como um Estado Democrático de Direito e Pluripartidário, em que a soberania reside no povo angolano, a quem cabe o exercício do poder político através do sufrágio universal periódico, para a escolha dos seus representantes. Esta Lei revoga a Lei n.º 5/92 de 16 de Abril, que regulou as eleições multipartidárias de 1992.
- **Decreto-Lei n.º 58/05, de 24 de Agosto (Regulamento da Lei Eleitoral)**, aprovado pelo Conselho de Ministros, tendo em conta a necessidade de concretizar, em diploma regulamentar, os princípios e as normas jurídicas fundamentais consagrados na Lei Eleitoral.
- **Lei n.º 3/05, de 1 de Julho (Lei do Registo Eleitoral)**, aprovada pela Assembleia Nacional, que revoga toda a legislação que contrarie a presente lei, cuja importância visa traçar um quadro jurídico-legal efectivo legal para a realização das eleições presidenciais, legislativas e autárquicas, o que é imprescindível o registo de todos os cidadãos eleitores;
- **Decreto n.º 62/05, de 7 de Setembro (Regulamento da Lei do Registo Eleitoral)**, aprovado pelo Conselho de Ministros, tendo em conta a necessidade de tornar-se necessário concretizar, em diploma regulamentar, os princípios e as normas jurídicas fundamentais consagrados na Lei do Registo Eleitoral;
- **Decreto n.º 63/05, de 16 de Setembro (Estrutura Orgânica do Registo Eleitoral)**, aprovado pelo Conselho de Ministros, tendo em conta que através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/04, de 21 de Dezembro, foi criada a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral à qual compete a preparação das condições técnicas, materiais e

administrativas indispensáveis à organização e realização do processo eleitoral;

- **Lei n.º4/05, de 4 de Julho - Lei de Observação Eleitoral;**

3.2. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL¹⁶

A Comissão Nacional Eleitoral é composta por 12 membros:

- Dois cidadãos indicados pelo Presidente da República;
- Seis cidadãos designados pela Assembleia Nacional, por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, sob proposta dos partidos com assento parlamentar, sendo três pelo partido ou coligação maioritário e três pelo demais partidos ou coligação de partidos;
- Um juiz do Tribunal Supremo eleito pelo Plenário do respectivo Tribunal;
- Um representante do Ministério da Administração do Território;
- Um membro do Conselho Nacional de Comunicação Social, eleito pelos seus pares.

A Comissão Nacional Eleitoral é presidida por uma das personalidades designada por consenso, pela Assembleia Nacional.

A Comissão Nacional Eleitoral é um órgão independente que organiza, executa, coordena e conduz os processos eleitorais. A estrutura orgânica e funcional da Comissão Nacional Eleitoral bem como as competências específicas dos seus órgãos são fixadas por esta e aprovadas por lei.

A CNE é uma entidade administrativa não integrada na administração directa e indirecta do Estado, que goza de independência orgânica e funcional. É uma entidade orçamental própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A Comissão Nacional Eleitoral exerce colegialmente as suas competências e atribuições e não pode decidir em termos contrários às disposições referentes ao processo eleitoral, constantes da lei eleitoral em vigor.

¹⁶ - Situação vigente, conferível no www.cne.co.ao e consultado ao 11.07.2017.

O mandato dos membros da Comissão Nacional Eleitoral e seus órgãos é de cinco anos, renovável por igual período de tempo.

Os membros da Comissão Nacional Eleitoral tomam posse perante a Assembleia Nacional, iniciando a sua actividade com o número de membros existentes à data da tomada de posse.

Os membros das Comissões Provinciais Eleitorais e das Comissões Municipais Eleitorais tomam posse perante o Presidente da Comissão Nacional Eleitoral e dos Presidentes das Comissões Provinciais Eleitorais, respectivamente.

A organização da CNE comporta os níveis centrais e local.

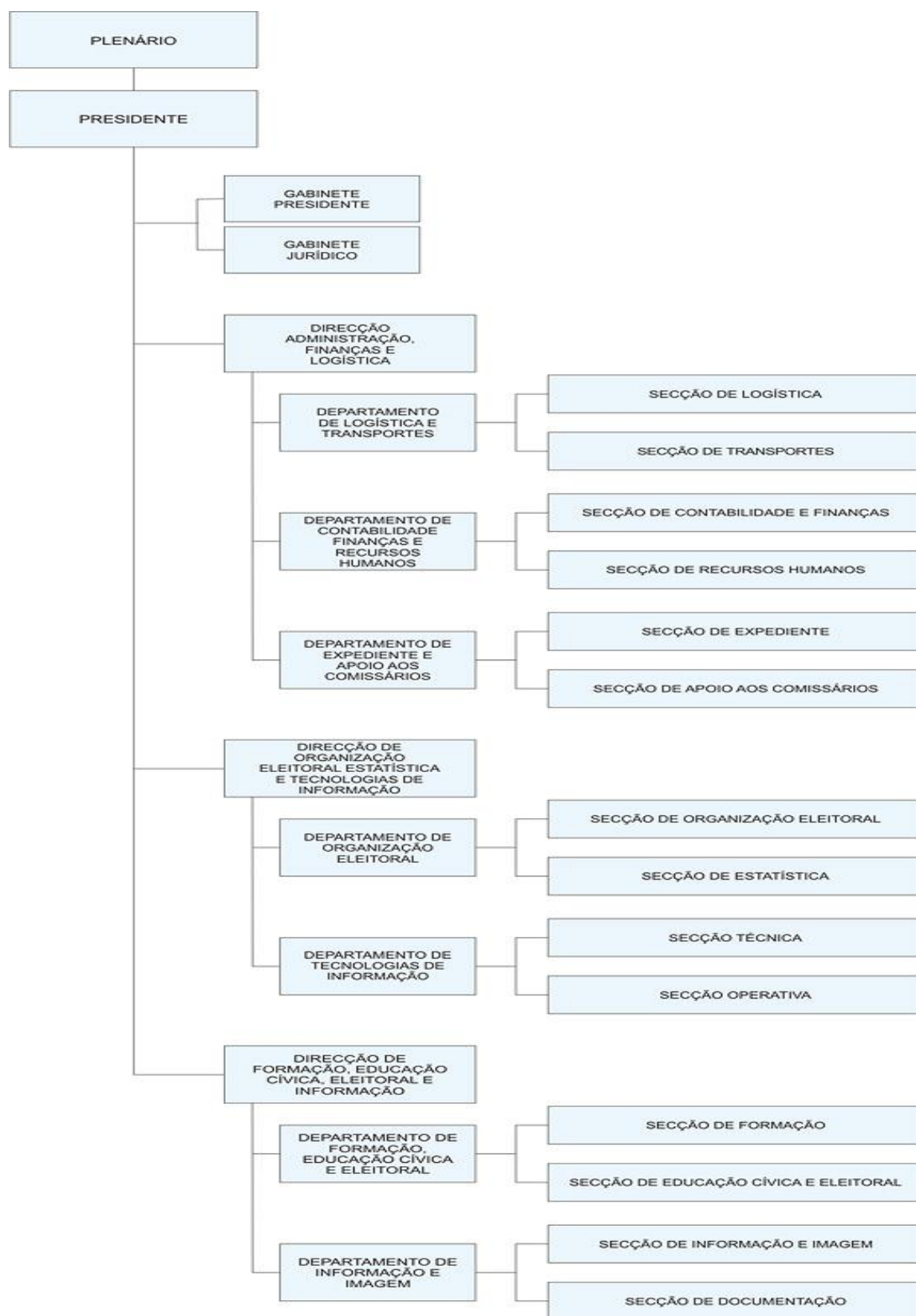
Órgãos Centrais da CNE:

- O Plenário da CNE;
- O Presidente da CNE;
- A Direcção de Administração, Finanças e Logística;
- A Direcção de Organização Eleitoral, Estatística e Tecnologias de Informação;
- A Direcção de Formação, Educação Cívica e Eleitoral e Informação.

Órgãos Locais da CNE:

- As Comissões Provinciais Eleitorais;
- Os Gabinetes Municipais Eleitorais;
- Os Gabinetes Comuns Eleitorais.

Organograma dos Órgãos Centrais



3.3. REGISTO ELEITORAL

O registo eleitoral, que de entre outros, tem o carácter de universalidade, actualidade, obrigatoriedade, unicidade, transparência e imparcialidade, foi definido num âmbito territorial e temporal.

O que a Lei n.º 3/05, de 1 de Julho pretende dizer com tudo isso?

Pretende com isso dizer, segundo o artigo 3.º que estão sujeito ao registo eleitoral os cidadãos residentes no País ou no estrangeiro que venham a completar 18 anos de idade à data da realização das eleições (universalidade); que deve corresponder com a actualidade. Ele é obrigatório, pelo que todos os cidadãos têm o direito de promover o seu registo, bem como de verificar se está devidamente inscrito e em caso de erro ou emissão, requerer a respectiva rectificação de registo.

Os cidadãos só podem registar-se uma vez (unicidade). Quer no interior como no exterior do País, desde que sejam criadas as condições materiais e os mecanismos de acompanhamento pelas entidades competentes e nos termos da presente lei.

A validade do registo eleitoral é permanente e actualizado anualmente.

Ao contrário do que aconteceu com o registo manual para eleições de 1992, o presente processo conta com um grupo de colaboradores especializados em ferramentas, tecnologias e pedagogia do “e-Learning” e dispendo das competências tecnológicas necessárias na concepção de conteúdos multimédia, nas mais variadas áreas de serviços e com especial enfoque nas áreas da formação, a UEN e-Learning foi a responsável pelo desenvolvimento de um manual multimédia, de apoio à utilização da Aplicação de Registo Eleitoral.

A concepção do Manual da Aplicação de Registo Eleitoral da República de Angola, em suporte CD (CBT-Computer Based Training), passou pelo desenvolvimento de conteúdos formativos num ambiente multimédia, estimulantes e atractivos aos seus utilizadores. Esta iniciativa nasceu da necessidade de dar apoio aos potenciais utilizadores da Aplicação de Registo Eleitoral, como reforço da formação presencial e ferramenta de apoio pós-formação.

Foram inúmeras as actividades realizadas até à entrega do produto final, desde a captura de ecrãs da aplicação (concebida totalmente pela SINFIC e desenvolvida à medida para o acto Eleitoral), edição gráfica da aplicação, criação de uma aplicação multimédia, preparação e explicação do ambiente de trabalho, produção de simulações de apresentação do modo de execução das funções principais na aplicação e produção de CD-ROM.

Utilizando o LCMS (Learning Content Manager System) da Guinti Labs, o Learn eXact Packager, para o desenvolvimento de toda a infra-estrutura do Curso, a apresentação do conteúdo abrange todo o processo de suporte à brigada (grupo de Colaboradores de apoio a todo o processo) do Registo Eleitoral de Angola.

Todos os ecrãs de apoio ao estudo foram desenvolvidos com recurso à tecnologia Adobe e posteriormente integrados em LO's (Learning Objects) do Learn exact.

Considerando um universo de 3.000 Colaboradores (brigadistas), sua distribuição geográfica e a especificidade deste projecto, este recurso didáctico em formato CBT tornou-se uma importante ferramenta à consolidação das acções presenciais e um apoio presente em todas as brigadas do Registo Eleitoral de Angola.

3.4. CAMPANHA E PROPAGANDA ELEITORAL

A campanha eleitoral, segundo o artigo 74.º da Lei n.6/05, de 10 de Agosto, consiste na actividade de justificação e de promoção das candidaturas, sob diversos meios, no respeito pelas regras do Estado Democrático de Direito com vista à captação de votos através da explicitação dos princípios ideológicos, programas políticos, sociais e económicos, plataformas de Governo por parte dos candidatos, dos titulares dos órgãos que os propõem, seus agentes ou quaisquer outras pessoas.

3.5. O CÓDIGO DE CONDUTA

Foi aprovada pela Assembleia Nacional a Resolução n.º10/05 de 4 de Julho (Código de Conduta Eleitoral), cujo objectivo visa dotar os actores políticos (partidos políticos e candidatos à Presidente da República) de uma postura patriótica, cívica e moral, conforme a Constituição, a lei e as regras de sã convivência social.

Esse documento conta com 32 artigos, 2 capítulos, 2 secções e 13 subsecções diversas, que se cinge de entre outras questões de merecida importância, o seguinte:

1. Respeito pela diferença, liberdade de escolha, civismo, responsabilidade;
2. As eleições devem ser organizadas e os agentes eleitorais devem agir tendo em conta alguns aspectos, dentre os quais os seguintes:
 - Garantia constitucional e legal de liberdade e respeito dos direitos dos cidadãos;
 - ambiente conducente a eleições livres, justas, transparentes, pacíficas e democráticas;
 - isenção, transparência e não discriminação no registo dos eleitores;
 - divulgação oportuna da data das eleições;
 - respeito pela Lei, pelos Órgãos de Soberania, pelos Símbolos Nacionais, pelos bens públicos e privados e em especial, compromisso de cumprimento escrupuloso da legislação eleitoral;
 - cooperação e aceitação da autoridade da Comissão Nacional Eleitoral, seus órgãos e do mandato de conduzirem eleições livres, justas e transparentes;
 - aceitação e respeito dos resultados eleitorais e abstenção de reclamação de posição eleitoral antes da sua divulgação pela Comissão Nacional Eleitoral;
 - resolução dos conflitos eleitorais preferencialmente pela via do diálogo e contestação de quaisquer irregularidades do processo eleitoral junto das instituições eleitorais ou do Tribunal competente;
 - postura de reforço da cultura de tolerância recíproca e de sã convivência entre cidadãos, extensiva aos dirigentes e responsáveis, aos militantes e simpatizantes e aos cidadãos em geral;

- postura de magnanimidade respeito, aceitação e tolerância recíproca no período pós-leitoral;
- asseguramento de liberdade de acção política de todos os concorrentes;
- abstenção da utilização de propaganda indecorosa e de linguagem ou da prática de acções que possam conduzir ou incitar os seus apoiantes ou os cidadãos em geral a cometerem actos de violência ou de intimidação;
- abstenção de utilização de bens do Estado ou de funcionários públicos em benefício exclusivo de alguma força política.

Constam ainda da referida “resolução” artigos sobre os direitos e deveres dos Partidos Políticos, Candidatos, Militantes, Simpatizantes dos Partidos, Eleitores, Observadores Eleitorais, dos Órgãos de Comunicação Social, dos Delegados de Listas às Assembleias de Voto, Entidades Religiosas, das Autoridades Tradicionais, Agentes da Sociedade Civil e das Forças da Ordem Pública.

3.6. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Os candidatos e proponentes devem, no acto de apresentação das candidaturas, designar um mandatário, ou seja, uma pessoa que os represente em todas as operações do processo eleitoral.

As candidaturas devem ser apresentadas ao Tribunal Supremo, que as analisará, em Plenária. O Tribunal aprecia a regularidade do processo, a autenticidade dos documentos que o integram, e a elegibilidade dos candidatos, no prazo de oito dias subsequentes ao termo do prazo de apresentação das candidaturas.

O Tribunal Supremo apenas pode rejeitar as candidaturas que não estejam de acordo com o estabelecido na Lei Eleitoral, nomeadamente, as referentes às incapacidades e inelegibilidades. Os concorrentes às eleições presidenciais e os partidos políticos ou coligações de partidos concorrentes às eleições legislativas devem designar um mandatário que os represente em todas as operações do processo eleitoral.

3.7. FINANCIAMENTO ELEITORAL

O financiamento eleitoral pode ser feito por várias entidades públicas ou privadas proibindo a lei apenas o financiamento feito por governos estrangeiros e organizações governamentais estrangeiras.

O Estado concede uma verba para apoio aos candidatos às eleições presidenciais e aos partidos políticos e coligações de partidos concorrentes às eleições legislativas.

O Conselho Nacional Eleitoral aprova os critérios de distribuição dos fundos de financiamento público devendo distribuí-lo de forma equitativa a todos os candidatos às eleições presidenciais. Para os concorrentes às eleições legislativas o Conselho Nacional Eleitoral deve ter em conta a proporção das candidaturas apresentadas.

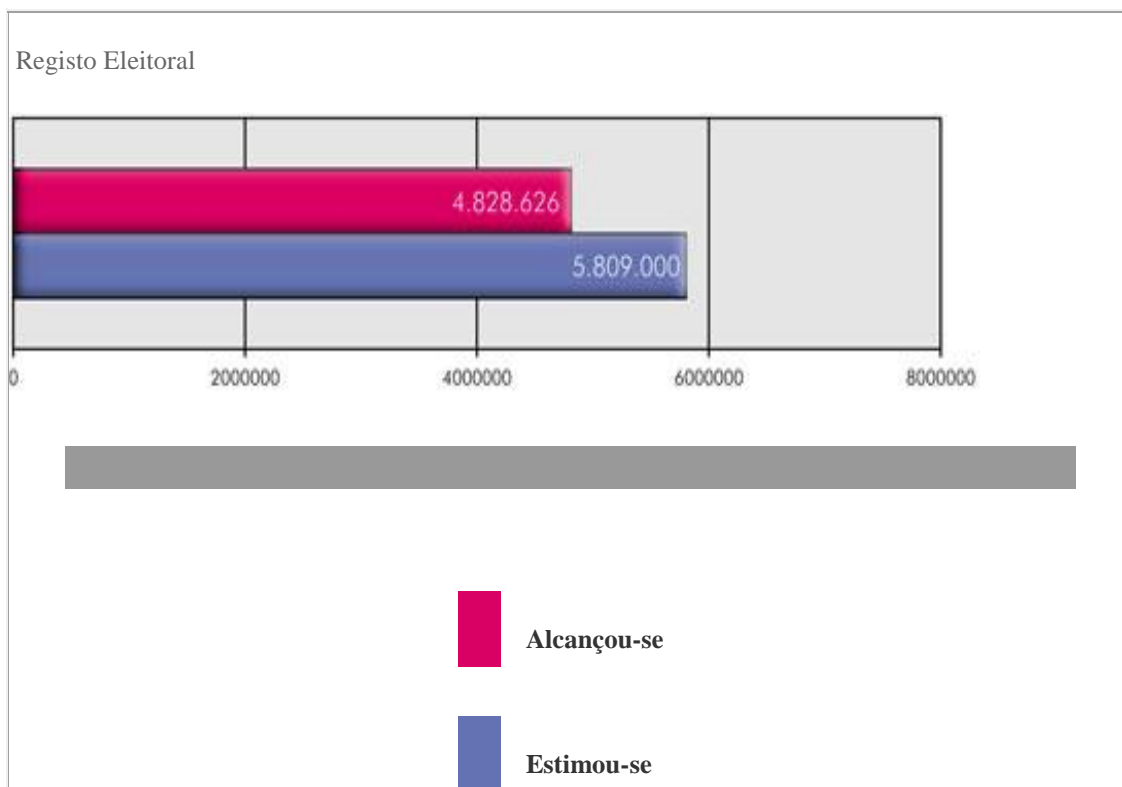
Os candidatos às eleições presidenciais e os partidos políticos e coligações de partidos concorrentes às eleições legislativas devem, no final do processo eleitoral e num prazo máximo de sessenta dias após a proclamação oficial dos resultados do escrutínio, prestarem contas da sua campanha ao Conselho Nacional Eleitoral. Este analisa a regularidade das receitas e despesas, devendo dar publicidade das mesmas num dos jornais diários de maior circulação no País.

3.8. ESTATÍSTICA DAS ELEIÇÕES DE 1992¹⁷

3.8.1. Registo Eleitoral

No processo do Registo Eleitoral a nível Nacional estimou-se e alcançou-se os seguintes valores:

Estimou-se	5 809 000
Alcançou-se	4 828 626

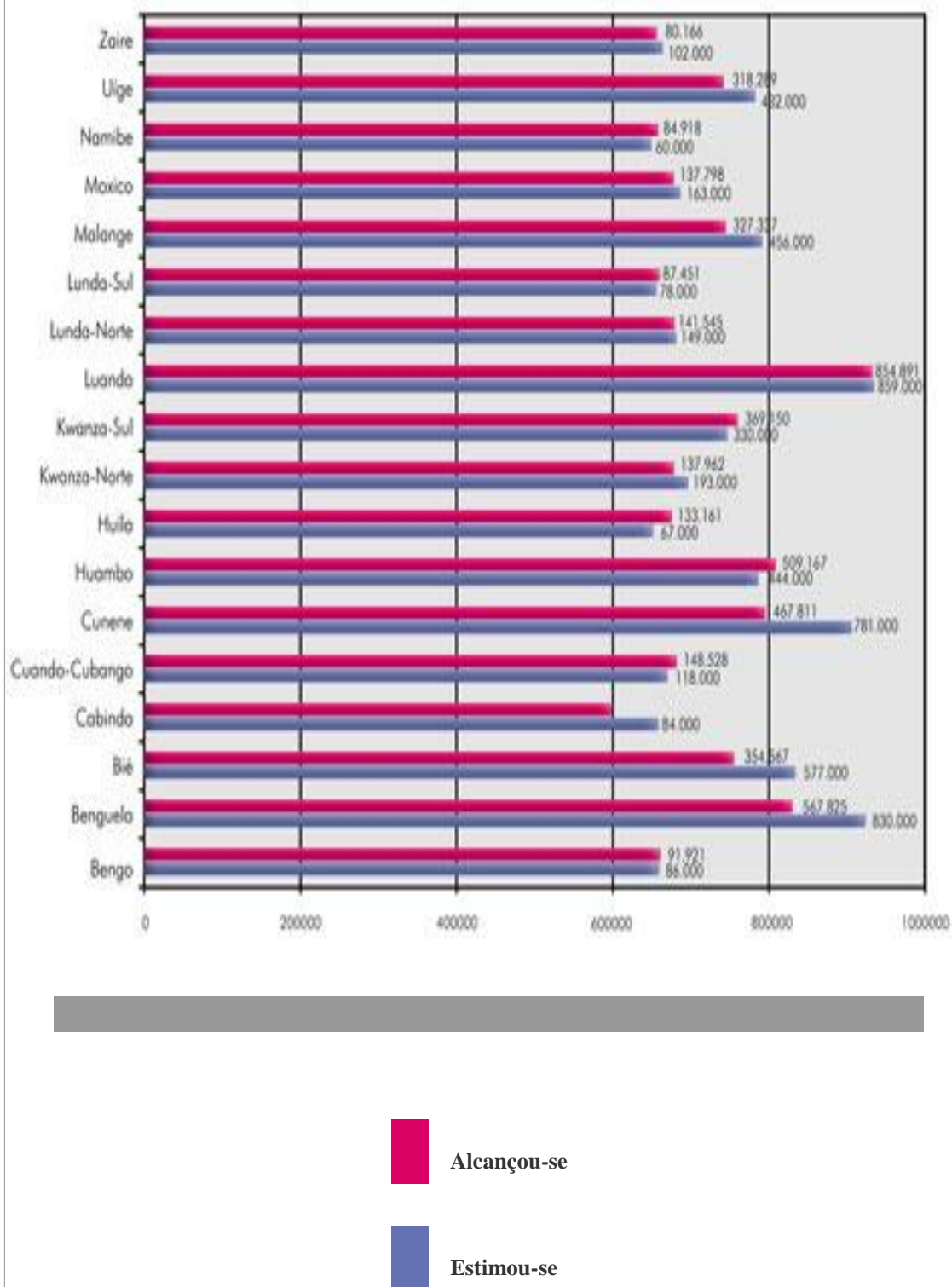


¹⁷ Idem

No processo do Registo Eleitoral a Nível Provincial estimou-se e alcançou-se os seguintes valores:

Província	Estimou-se	Alcançou-se
Bengo	86 000	91 921
Benguela	830 000	567 825
Bié	577 000	354 567
Cabinda	84 000	16 079
Cunene	118 000	148 528
Huambo	781 000	467 811
Huíla	444 000	509 167
Kuando Kubango	67 000	133 161
Kwanza Norte	193 000	137 962
Kwanza Sul	330 000	369 150
Luanda	859 000	854 891
Lunda Norte	149 000	141 545
Lunda Sul	78 000	87 451
Malange	456 000	327 337
Moxico	163 000	137 798
Namibe	60 000	84 918
Uíge	432 000	318 289
Zaire	102 000	80 166

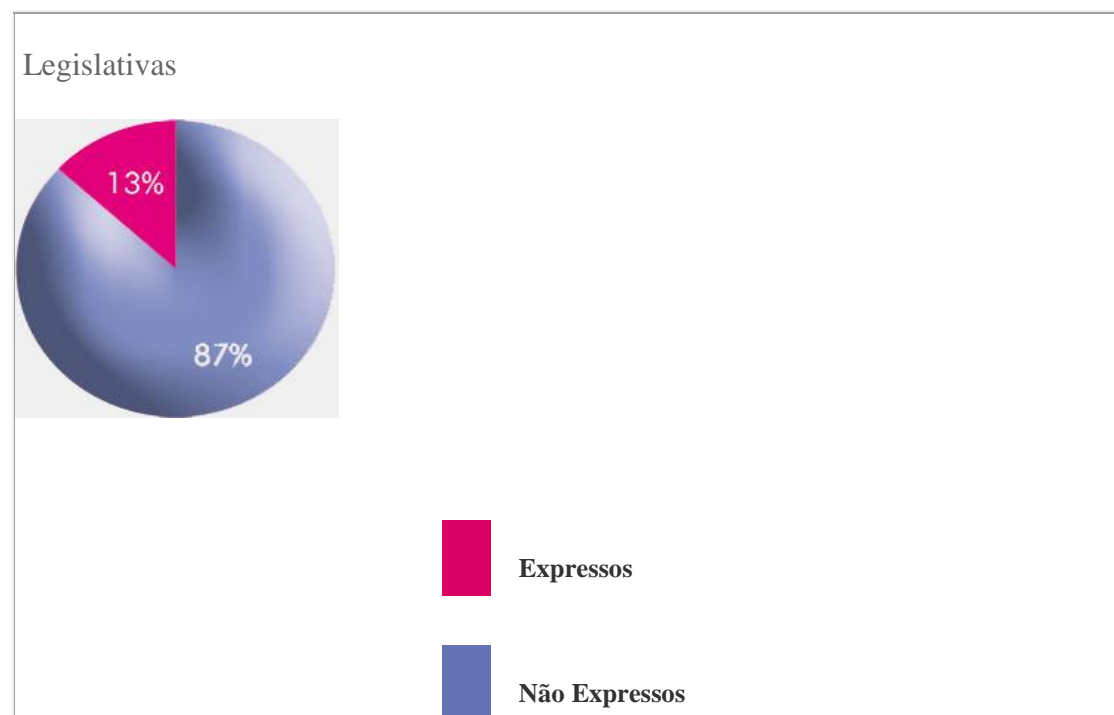
Registo Eleitoral



3.8.2. Eleições Legislativas

No processo de Eleições Legislativas foram Expressos e não Expressos os seguintes Votos:

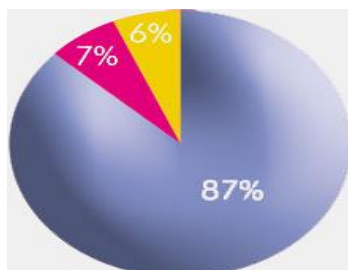
Expressos	4 196 388
Non Express	632 238



No processo de Eleições Legislativas foram considerados como válidos, em branco e nulos os seguintes Votos:

Válidos	3 651 728
Em Branco	281 720
Nulos	262 940

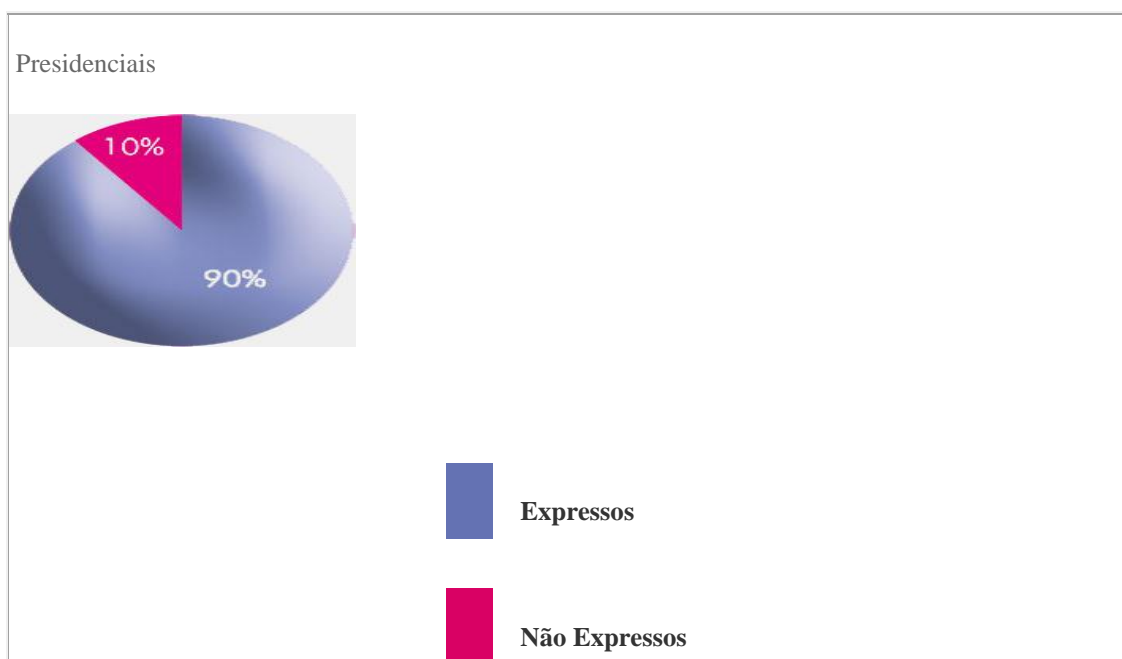
Legislativas



3.8.3. Eleições Presidenciais

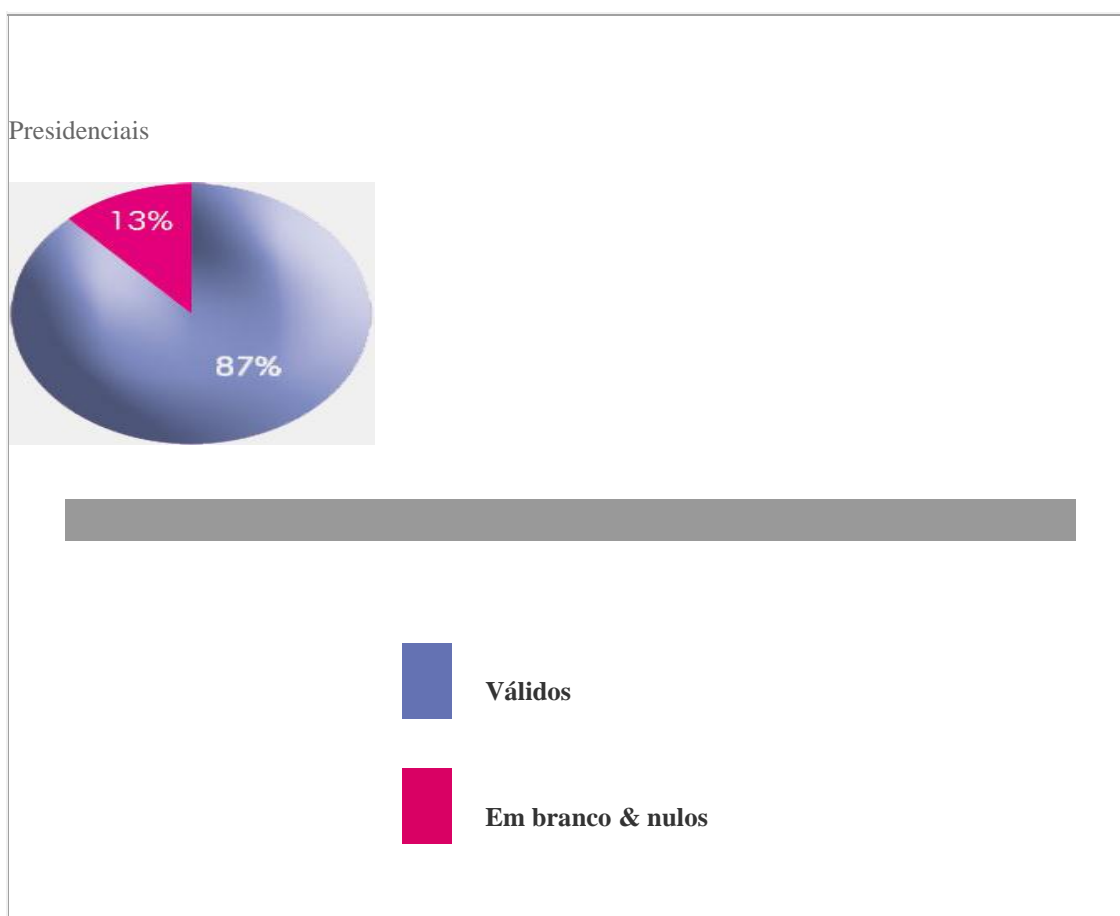
No processo de Eleições Presidenciais foram Expressos e não Expressos os seguintes Votos:

Expressos	4 363 646
Não Expressos	464 980



No processo de Eleições Presidenciais foram considerados como válidos, em branco e nulos os seguintes Votos:

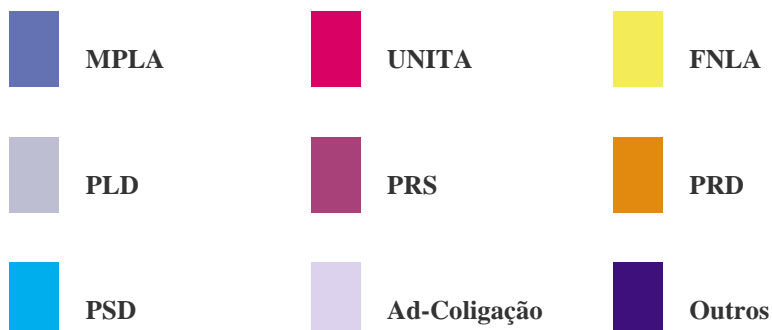
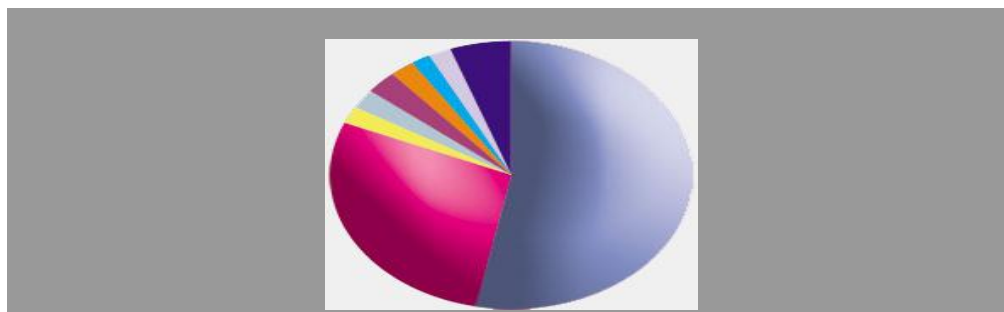
Válidos	3 792 037
Em Branco e Nulos	571 609



3.8.4. Nas eleições legislativas:

MPLA	1 976 940
UNITA	1 258 103
FNLA	84 110
PLD	83 469
PRS	77 605
PRD	30 680
PSD	28 694
AD-COLIGAÇÃO	27 353
OUTROS	84 774

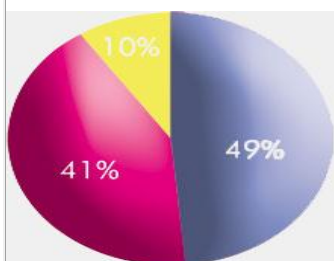
Legislativas



Nas Eleições Presidenciais:

José Eduardo dos Santos	1 877 052
Jonas Malheiro Savimbe	1 547 586
Outros	367 399

Presidenciais



CAPÍTULO IV

SEGURANÇA NACIONAL E O PROCESSO ELEITORAL NO CONTEXTO ACTUAL

4.1. PERSPECTIVA LEGAL ACTUAL

Visto que nos dois últimos capítulos estivemos muito focados naquilo que é o objecto do nosso estudo (as forças de defesa e segurança no contexto do processo eleitoral de 1992), convenhamos aferir que, por questões pragmáticas que visem elucidar e quiçá enriquecer o presente trabalho, não seria de todo dispendioso lançarmos o nosso olhar apreciativo ao contexto actual dos mesmos órgãos ante a situação similar a que nos encontramos (processo eleitoral 2017).

Se para o foco da nossa investigação tomamos em consideração a Lei de Revisão Constitucional, na altura inovadora no que concerne a pluralidade partidária, num reforço substancial a então Lei Constitucional daquilo a que chamamos primeira República, para desenvolvimento deste IV capítulo, é-nos mister a Constituição da República de Angola (doravante CRA), e Leis específicas atualizadas sobre o processo eleitoral, dentre outras.

4.2. COMPREENSÃO DA SEGURANÇA NACIONAL

De acordo com o Professor Jorge Bacelar Gouveia, a segurança pode ser entendida em diversas acepções possíveis, numa evidente polissemia de sentido, que complica o seu imediato entendimento, ainda que se baseie sempre na ideia de proteção de valores contra a sua perturbação, através da adoção de comportamentos e de atividades, apoiados em organizações que propiciam aquele objetivo. Daí que seja avisado efetuar algumas classificações do conceito de segurança, em nome de outros tantos critérios possíveis:

O sujeito protegido:** a segurança do Estado, da pessoa, dos grupos, da comunidade internacional; **os bens a proteger:** a segurança externa, a segurança interna, a proteção civil e a segurança do Estado, aqui se podendo falar também noutras seguranças mais específicas, como a segurança ambiental, a segurança rodoviária, a segurança alimentar, etc.; **a intensidade

da perturbação realizada: a segurança que é posta em causa por riscos, ameaças e perigos; as estruturas e os meios que a asseguram: a segurança militar, a segurança policial, a segurança civil e a segurança privada (GOUVEIA, RInIS, 2015, p.5).

O mesmo autor indica que a relevância constitucional da Segurança Nacional conta com um preceito que especificamente refere os seus conteúdos, fazendo menção ao art. 202.º da CRA (Objectivos e fundamentos da segurança nacional). A interpretação deste preceito constitucional permite extrair três sentidos fundamentais que são utilizados na referência à Segurança Nacional, como constam dos arts. 202º, nºs 1, 2 e 3, respectivamente:

- *Segurança Nacional como responsabilidade*: “Compete ao Estado, com a participação dos cidadãos, garantir a segurança nacional, observando a Constituição e a lei, bem como os instrumentos internacionais de que Angola seja parte”;
- *Segurança Nacional como objetivo*: “A segurança nacional tem por objectivo a garantia da salvaguarda da independência e soberania nacionais e da integridade territorial, do Estado Democrático de Direito, da liberdade e da defesa do território contra quaisquer ameaças e riscos, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para a paz e segurança internacionais”;
- *Segurança Nacional como atividade*: “A organização e funcionamento do sistema de segurança nacional são regulados por lei” (GOUVEIA, 2015, p.9).

4.2.1. A Defesa Nacional

O primeiro pilar da Segurança Nacional é constituído pela Defesa Nacional, protagonizada pelas Forças Armadas (Idem), tendo sido definido no art. 206.º da CRA como:

“1. A defesa nacional tem por objectivos a garantia da defesa da soberania e independência nacionais, da integridade territorial e dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem pública, o asseguramento da liberdade e segurança da população, contra agressões e outro tipo de ameaças externas e internas, bem como o desenvolvimento de missões de interesse público, nos termos da Constituição e da lei.

2. A organização e funcionamento da defesa nacional são estabelecidos por lei”.

4.2.2. A Segurança do Estado

Estipulada no art. 211º da CRA, a fonte que vimos citando neste capítulo refere que “*o terceiro pilar da Segurança Nacional é o da produção de informações de Estado, através dos serviços de inteligência*”. Do enquadramento da atividade de inteligência, assinalam-se ameaças e riscos contra os bens jurídicos mais relevantes, como é o caso do próprio Estado Democrático de Direito, não se dissociando as ameaças, que podem ser externas ou internas (GOUVEIA, 2015, pp.16-17).

O Decreto Legislativo Presidencial nº 5/12, de 15 de Outubro define os órgãos de Inteligência nos seguintes termos:

- *Serviço de Inteligência e de Segurança do Estado*: “O Serviço de Inteligência e de Segurança do Estado é o órgão destinado a produzir informações, análises e à realização de medidas e acções de inteligência e de segurança de Estado, visando a garantia da segurança interna do País, a preservação do Estado de Direito Democrático constitucionalmente estabelecido e a protecção da população contra ameaças e

vulnerabilidades” (Decreto Legislativo Presidencial nº 5/12, de 15 de Outubro - sobre Organização e Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República);

- *Serviço de Inteligência Externa*: “O Serviço de Inteligência Externa é o órgão destinado para a produção de informações, análises e para a realização de medidas e acções de inteligência e de segurança de Estado, visando a garantia da segurança externa do País, da preservação do Estado de Direito Democrático constitucionalmente estabelecido, da segurança externa e a protecção da população contra ameaças e vulnerabilidades” (Decreto Legislativo Presidencial nº 5/12, art. 50, nº 1).

- *Serviço de Inteligência e de Segurança Militar*: “O Serviço de Inteligência e de Segurança Militar é o órgão destinado a produzir informações, análises e a realização de medidas e acções de inteligência e de segurança de Estado, visando a garantia da segurança militar do País, da preservação do Estado de Direito Democrático constitucionalmente estabelecido e a protecção da população contra ameaças e vulnerabilidades” (Decreto Legislativo Presidencial nº 5/12, art. 51, nº1).

Qualquer um deles se relaciona com a *Casa de Segurança do Presidente da República*, a qual “...tem por missão auxiliar o Presidente da República e Titular do Poder Executivo na formulação e condução governativa relativa à política e estratégia de Segurança Nacional e de Assuntos Internos e Externos que estão relacionados com a Segurança Nacional” (Decreto Legislativo Presidencial nº 5/12, art. 34º)

4.3. LEGISLAÇÃO VIGENTE

O processo conducente às eleições gerais marcadas para Agosto de 2017 está a ser regulado pela Lei Eleitoral que coordenou as eleições realizadas em 2012, com sublinhável alteração ao Plano de Tarefas para a realização das eleições gerais e autárquicas, retirando as propostas de Lei sobre a Organização das Eleições Gerais, a Lei Orgânica do Sistema de Informação e Gestão de Processos Eleitorais e a Lei de Financiamento das Campanhas Eleitorais. Alguns entendidos, por exemplo, consideram que o Plano de Tarefas tinha como objetivo fazer das próximas eleições um exercício que permitisse no fim das mesmas que houvesse aceitação dos resultados sem qualquer dificuldade.

A par da CRA, no processo eleitoral 2017 foram tidas em conta, dentre outras, as Leis seguintes:

- Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro (Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais - Revoga a Lei n.º 6/05, de 10 de Agosto);
- Lei n.º 18/12, de 23 de Maio (Lei Orgânica de Alteração à Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro - Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais);
- Lei n.º 22/10, de 3 de Dezembro (dos Partidos Políticos - Revoga a Lei n.º 2/05, de 1 de Julho - Lei dos Partidos Políticos);
- Lei n.º 10/12, de 22 de Março (do Financiamento aos Partidos Políticos - Revoga as Leis n.º 3/97, de 13 de Março e n.º 7/02, de 28 de Junho);
- Resolução n.º 7/12, de 23 de Março - Aprova o Código de Conduta Eleitoral - Revoga a Resolução n.º 10/05, de 4 de Julho.
- Lei n.º 12/12, de 13 de Abril - Lei Orgânica Sobre a Organização e o Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral.

Para elucidar, aprez-nos transcrever aqui os aspectos julgados essenciais que à Luz da CRA se consubstanciam em matéria constitucional que dão azo ao Processo eleitoral e suas respectivas leis conexas, dada a sua importância:

4.3.1 Administração Eleitoral

ARTIGO 107.º /CRA

1. Os processos eleitorais são organizados por órgãos de administração eleitoral independentes, cuja estrutura, funcionamento, composição e competências são definidos por lei.
2. O registo eleitoral é oficioso, obrigatório e permanente, nos termos da lei.

4.3.2. Poder Executivo

ARTIGO 109.º (Eleição)

1. É eleito Presidente da República e Chefe do Executivo o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no quadro das eleições gerais, realizadas ao abrigo do artigo 143.º e seguintes da presente Constituição.
2. O cabeça de lista é identificado, junto dos eleitores, no boletim de voto.

ARTIGO 110.º (Elegibilidade)

1. São elegíveis ao cargo de Presidente da República os cidadãos angolanos de origem, com idade mínima de 35 anos, que residam habitualmente no País há pelo menos 10 anos e se encontrem em pleno gozo dos seus direitos civis, políticos e capacidade física e mental.
2. São inelegíveis ao cargo de Presidente da República:
 - a) os cidadãos que sejam titulares de alguma nacionalidade adquirida;
 - b) os Magistrados Judiciais e do Ministério Público no exercício das suas funções;
 - c) os Juízes do Tribunal Constitucional no activo; d) os Juízes do Tribunal de Contas no activo;
 - e) o Provedor de Justiça e o Provedor de Justiça-Adjunto; f) os membros dos órgãos de administração eleitoral;
 - g) os militares e membros das forças militarizadas no activo;

h) os antigos Presidentes da República que tenham exercido dois mandatos, que tenham sido destituídos ou que tenham renunciado ou abandonado funções.

ARTIGO 111.º (Candidaturas)

1. As candidaturas para Presidente da República são propostas pelos partidos políticos ou coligações de partidos políticos.
2. 2. As candidaturas a que se refere o número anterior podem incluir cidadãos não filiados no partido político ou coligação de partidos políticos concorrente.

ARTIGO 112.º (Data da eleição)

1. As eleições gerais devem ser convocadas até 90 dias antes do termo do mandato do Presidente da República e dos Deputados à Assembleia Nacional em funções.
2. As eleições gerais realizam-se até 30 dias antes do fim do mandato do Presidente da República e dos Deputados à Assembleia Nacional em funções.

4.3.3. Poder Legislativo

ARTIGO 141.º (Definição)

1. A Assembleia Nacional é o Parlamento da República de Angola.
2. A Assembleia Nacional é um órgão unicameral, representativo de todos os angolanos, que exprime a vontade soberana do povo e exerce o poder legislativo do Estado.

ARTIGO 142.º (Composição)

A Assembleia Nacional é composta por Deputados eleitos nos termos da Constituição e da lei.

ARTIGO 143.º (Sistema eleitoral)

1. Os Deputados são eleitos por sufrágio universal, livre, igual, directo, secreto e periódico pelos cidadãos nacionais maiores de 18 anos de idade residentes no território

nacional, considerando-se igualmente como tal os cidadãos angolanos residentes no estrangeiro por razões de serviço, estudo, doença ou similares.

2. Os Deputados são eleitos segundo o sistema de representação proporcional, para um mandato de cinco anos, nos termos da lei.

ARTIGO 144.º (Círculos eleitorais)

1. Os Deputados são eleitos por círculos eleitorais, existindo um círculo eleitoral nacional e círculos eleitorais correspondentes a cada uma das províncias.

2. Para a eleição dos Deputados pelos círculos eleitorais é fixado o seguinte critério: a) um número de 130 Deputados é eleito a nível nacional, considerando-se o País, para esse efeito, um círculo eleitoral nacional único; b) um número de cinco Deputados é eleito em cada província, constituindo, para esse efeito, um círculo eleitoral provincial.

ARTIGO 145.º (Inelegibilidade)

1. São inelegíveis a Deputados:

- a) Os magistrados judiciais e do Ministério Público no exercício de funções;
- b) Os militares e os membros das forças militarizadas no activo;
- c) Os membros dos órgãos de administração eleitoral; Constituição da República de Angola /10 de 5 de Fevereiro Assembleia Nacional Publicado na 1ª Série do Diário da República n.º 023 de 5 de Fevereiro de 2010 Página 54 de 92
- d) Os legalmente incapazes;
- e) Os que tenham sido condenados com pena de prisão superior a dois anos.

2. Os cidadãos que tenham adquirido a nacionalidade angolana apenas são elegíveis decorridos sete anos desde a data da aquisição.

ARTIGO 146.º (Candidaturas)

1. As candidaturas são apresentadas pelos partidos políticos, isoladamente ou em coligação, podendo as listas integrar cidadãos não filiados nos respectivos partidos, nos termos da lei.
2. As candidaturas devem ser subscritas por 5000 a 5500 eleitores, para o círculo nacional e por 500 a 550 eleitores, por cada círculo provincial.

CAPÍTULO V

METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1. METODOLOGIA

Para melhor analisar a natureza dos fenómenos socio-político, dentro dos parâmetros das ciências sociais, e a sua evolução no espaço e no tempo ativemo-nos no contexto social real em que se deram os acontecimentos, tendo utilizado as vertentes estruturalista e funcionalista que permitiram estudar a realidade concreta, partindo de situações abstractas. O método hipotético-dedutivo permitiu-nos analisar os aspectos mais gerais das realidades socio-política e formular hipóteses. Os métodos históricos e comparativos facilitaram-nos a uma visão sobre o passado e estabelecer a sua relação com o presente.

As técnicas de análise documental e de análise de conteúdo ajudaram-nos a apreciar de forma extensiva e profunda os documentos reunidos para esta pesquisa. A observação indirecta serviu-nos para que, com base nas hipóteses, tirássemos as ilações possíveis em torno do problema. Por outro lado, inserimos alguns dados resultantes de conversas informais e formais com algumas pessoas que julgamos, pela sua experiência, vivência e “background” ajudar-nos-á a compreender melhor a nossa situação socio-política e apresentar informações que nos permite uma reflexão e análise profunda.

Muitos documentos serviram-nos como suporte, dos quais a legislação para as eleições de 1992 e outras leis inerentes ao processo, os estatutos orgânicos do Ministério das Defesa Nacional, a Lei Constitucional, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e a Lei de Segurança Nacional. Outras fontes teóricas foram as obras de investigação científica nos ramos de ciência política e sociologia. Recolhemos também alguns artigos de opinião de autores estrangeiros, textos de palestras isoladas e compilados em livros publicados não só na imprensa nacional como também internacional em revistas especializadas e consultado “sites” da internet.

Partimos pela consulta da legislação ligada as forças de defesa e segurança disponível, para o conhecimento dos limites de acção destes serviços essenciais do Estado angolano. Da análise destes documentos levou-nos a indagar as competências legais e constitucionais dos órgãos legislados.

De seguida, consultamos o Centro de Estudos Estratégicos de Angola, para podermos compreender alguns elementos relevantes para o entendimento cabal dos elementos ligados ao interesse nacional e a própria defesa e segurança territorial.

Posteriormente, passamos à leitura, análise e interpretação das obras, manuais e outros trabalhos de investigação científica em nossa posse.

Tivemos encontros de consulta com personalidades importantes da administração eleitoral, dos órgãos de defesa e segurança, sem, contudo, termos gravado entrevistas dada a susceptibilidade das abordagens que o tema encerra, a seu tempo analisadas e reflectidas por formas a se fazer uma análise comparativa e reflexiva sobre as mesmas.

Como abordagem de questões relativas à defesa, sobretudo a segurança, apercebemo-nos que a nossa sociedade ainda constitui *tabu e medo*, são sempre de abordagem melindrosa. Dado o volume de informações em nossa posse (documental e não só) fomos em muitos casos advertidos para que não expuséssemos uma boa parte da mesma na presente pesquisa o que a empobrece de certa maneira na sua abordagem.

O encontro com algumas pessoas ligas à nossa área de abordagem deu ao trabalho uma contribuição valiosíssima que em muitos casos fizeram alterações profundas na estrutura do mesmo.

As dificuldades residiram, sobretudo na disponibilidade de material e pessoal dos indivíduos ligados a área em análise.

A investigação e análise dos fenómenos socio-políticos requer, o recurso a métodos de investigação, mais ou menos comuns nas ciências sociais.

Começamos a nossa pesquisa com a recolha, análise, sistematização e interpretação dos dados referentes, a defesa e segurança nacional, processo eleitoral e culminado com as competência das forças de defesa e segurança.

Neste contexto, tivemos que considerar os seguintes princípios:

1. O princípio da objectividade em relação a informação documental em análise, isto é, considerar que o país saiu recentemente de uma guerra pós-eleitoral de 1992, onde o maior partido da oposição, a UNITA, contestara os resultados, cujo tecido socio-político foi fortemente fragmentado levando a ue as

populações ainda demonstram algumas suspeições sobre o êxito do presente processo eleitoral; Os factos levaram-nos a encarar a realidade de forma inteligível;

2. A discrepância entre a teoria e a prática obrigou-nos a fazer um raciocínio lógico da realidade. Assim, foi possível estabelecer relações inteligíveis entre os factos, ordená-los num discurso coerente e objectivo seguindo regras estabelecidas.

Este trabalho remete-nos para a investigação de um tema pouco abordado na nossa sociedade e com um certo tabu quando dele se fala, onde as fontes documentais tornam-se por si mesmas escassas pela própria natureza sensível da temática. Considerando, que a maior parte quanto se pode dizer acerca do envolvimento das forças de defesa e segurança nos processos eleitorais angolano pensamos que não corremos riscos de poder abordar e difundir na academia segredos de Estado, pois não falamos do aspecto secreto, mas do que a lei confere, enquanto serviços públicos.

O método funcionalista utilizado por Malinowski era, em rigor, mais um método de interpretação do que de investigação, propriamente dita. Com o uso deste método, Malinowski chegou a conclusão de que a sociedade é como um todo constituinte, é formada por partes diferenciadas inter-relacionadas e interdependentes, satisfazendo cada, funções essenciais da vida social e, que as partes são melhores entendidas estudando-se as funções que desempenham no todo. O uso deste método neste particular consistiu em compreender o papel das forças de defesa e segurança em qualquer sociedade democrática (LAKATOS, 1990).

O uso deste método permitiu-nos, o estudo das “reais potencialidades” do Estado angolano na vertente de defesa e segurança nacional. Assim conseguimos com base nas informações de que dispúnhamos, analisar as nossas hipóteses.

A análise foi um método utilizado para retirarmos do conteúdo do volume de informação seleccionada nas várias obras e imprensa os conceitos ou termos chave que comandam a informação sobre defesa e segurança. Tivemos que incidir, a nossa análise o valor, a importância e o significado dos documentos e entrevistas e o que representavam para a realidade em estudo.

Uma das dificuldades que tivemos de enfrentar com este método esteve relacionado, com o volume de informações em posse que exigia isolar na massa dos textos as linhas mestras e as tendências que lhes davam o seu sentido real e dificultou as nossas inferências.

No entanto, o conteúdo dos documentos analisados foi impulsionador para a análise e interpretação daquilo que é o nosso objecto de estudo, o papel das forças de defesa e segurança nos processos eleitorais.

A análise documental foi sem dúvida método mais utilizado devido ao volume de documentos e textos disponíveis desde a documentação ligada ao pacote eleitoral na sua dimensão material e técnica à processos eleitorais. Outros documentos não menos importantes foram as abordagens em palestras sobre a matéria eleitoral e papel das forças de defesa e segurança organizadas por organismos nacionais e internacionais, os estatutos dos Ministérios da Defesa Nacional do Governo de Angola e estatuto do Serviço de Informações, entre outros documentos e legislação compatível ao tema.

Por isso, foi uma análise documental intensiva, na qual procuramos estabelecer a relação entre as ideias, o conteúdo dos factos e os condicionalismos que eles representavam. Neles procuramos sempre apreender a causa dos problemas levantados, a preocupação em resolver tais problemas, as propostas de soluções e as formas de resolução.

Estes dois métodos foram aqui utilizados para investigar o processo eleitoral de 1992, o comportamento das instituições, com o objectivo de compreendermos o estado de desenvolvimento e maturidade destas forças e perspectivar o futuro.

O método hipotético-dedutivo permitiu-nos tirar ilações sobre as hipóteses levantadas, isto é, de acordo com a nossa realidade foi possível testar as nossas afirmações: concordar com algumas correntes de pensamento, analisar determinadas problemáticas, relacionar os factos e fundamentar o nosso pensamento.

Graças ao uso deste método foi possível exercitar o raciocínio dedutivo e tirar conclusões lógicas sem conotações.

4.2. APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A constituição e organização das Forças Armadas Angolanas, da Polícia Nacional e Serviços de Inteligência enquadram-se nos princípios fundamentais que constituem um Estado democrático e de direito, que tem como fundamentos a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressões e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados.

Na verdade, esta garantia jurídico-legal, deveria ser fiscalizada desde a sua constituição, o que evitaria o excesso de zelo dos seus membros e dirigentes, que durante a vigência do regime de partido único beliscou grandemente estas garantias fundamentais, a pretexto da defesa e interesse da segurança do Estado. O comportamento das forças de defesa e segurança no passado e no antigo regime monopartidário, compreende-se por quanto havia a necessidade de se garantir e preservar o próprio.

Actualmente, não é menos verdade que se questiona a legitimidade, a necessidade e a utilidade da produção de informações de segurança e dos serviços públicos incumbidos dessa actividade, por um lado porque o trabalho dessas forças, sobretudo aqueles de natureza secreta não eram publicitados, na vertente dos resultados e não dos seus métodos. A confusão que paira entre as actividades de produção de informações de segurança, manutenção da ordem pública, investigação criminal e direcção de processo penal, pode-se ter a percepção de meio caminho andado para a perseguição de delitos políticos.

No Estado Democrático de Direito, a essência da produção de informações de segurança repousa na tutela dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na defesa da ordem institucional democrática.

É na presente perspectiva de defesa de bens jurídicos essenciais ao Estado moderno e à democracia que o nosso tema deve ser compreendido.

Com a consagração da implementação da democracia pluripartidária em 1991 que deu lugar no ano seguinte em Angola, as primeiras eleições multipartidárias assente no sufrágio universal directo e secreto para a escolha do Presidente da República e dos

Deputados à Assembleia Nacional, numa altura em que as forças de defesa e segurança, procediam a sua reestruturação e adaptação seguindo o novo modelo político do país, resultou daí no nosso ver as responsabilidades do fracasso na prevenção de conflito pós-eleitoral, pois pareceu não ter existido o controlo de facto do processo de aquartelamento, desmobilização e desarmamento das extintas Forças Militares da UNITA, previsto no protocolo de Lusaka, elementos essenciais para a formação de um exército único e concomitante retirar a possibilidade dos políticos servirem delas para reclamarem um acto político, ou empreenderem uma nova acção militar pós eleições.

A isso, associa-se outros factores, como a não eficácia dos procedimentos de prevenção, que facilitou em grande medida o desfecho do processo eleitoral de 1992, com o retorno a guerra civil, em consequência dos seguintes factos:

- Não havia um exército único, pois a sua formação foi sabotada com a linguagem dos políticos, que influenciaram o abandono das áreas militarizadas para abraçarem novamente a subversão armada;
- Não havia completamente um mando que pudesse controlar a situação do ponto de vista militar, pois as principais unidades regulares do braço armado do Governo havia sido desmobilizada;
- A Polícia Nacional, também estava em fase de reestruturação, embora se diga na verdade, não apresentava o nível de desorganização que se verifica nas Forças Armadas Angolanas, com paíóis a serem sabotados, paradeiro incerto dos militares e falta de mando nas unidades para pôr cobro as desordens;
- O Serviço de Informações e Serviço de Inteligência Externa pouco ou nada tinha a fazer, pois pela sua natureza, reservava-lhes o direito de informar, e somente informar.

Prevemos assim, futuramente, que o papel das forças de segurança nos processos eleitorais angolano será de extrema importância, garantindo a protecção das instituições do Estado e da segurança dos cidadãos, revelando sinais de possíveis sabotagens, bem como criar condições de transitabilidade procedendo ao desarmamento da população em

posse de armas e desminagem de importantes vias de acesso entre as localidades longínquas, particularmente aí onde foi palco de grandes movimentações militares.

Essas forças, são formadas por seus membros. Neste particular, a sua participação nos pleitos eleitorais decorre da sua capacidade eleitoral activa, pois eles são antes de tudo cidadãos nacionais que gozam de direitos e deveres fundamentais de qualquer angolano.

Entende-se que esta condição, de votante, não põe em causa o carácter de neutralidade das forças de defesa e segurança na participação das eleições livres e justas, bem como não os vincula e nem os dá o direito, enquanto prestadores de serviço activo nestas instituições, em filiarem-se em nenhum Partido ou outras Associações Políticas, nem podem participar nas campanhas eleitorais, nem exprimir em manifestações públicas as suas ideias políticas.

Particularmente a Polícia Nacional, coube e coubera a tarefa de promover e cuidar da conduta dos cidadãos com o objectivo de garantir a tranquilidade, a liberdade, o respeito, a dignidade de todos os angolanos, o funcionamento das instituições do Estado e garantir a ordem pública.

O mesmo pode-se atribuir com preocupação aos órgãos de inteligência, embora terem a missão de produzir informações que garantam a segurança nacional.

Quanto as Forças Armadas Angolanas, apoiou-se no princípio de que enquanto houver garantia da manutenção da ordem pela Polícia Nacional, é dispensável a requisição das FAA. Ela, Forças Armadas Angolanas, a semelhança do que acontece nos países mais desenvolvidos, quer da Europa, América, só deverá intervir, quando for requisitada pelo Estado, em medida de carácter manifestamente excepcional e de adopção contida, devendo restringir as localidades em que efectivamente ocorrer imperiosa necessidade, ou seja, onde a soberania do Estado está ser posta em causa.

Neste âmbito, infelizmente nem sempre isso funciona desta maneira, pois em África os exemplos em que as forças de defesa e segurança interferem directamente nos processos eleitorais, violando o princípio de apartidários e neutros, são inúmeros. Este comportamento, afirma o Tenente-General Felisberto Ndjele, nem sempre é da vontade dos militares, mas mais da exigência ou manipulação dos políticos, que procuram exercer pressões a favor de qualquer acto político.

Nesta perspectiva, acrescenta Ndjele¹⁸, nos processos eleitorais, o papel das forças de defesa e segurança não sofre qualquer espécie de alteração, continuando a circunscrever-se à defesa e integridade do território, a garantir a Constituição e a democracia, a liberdade e a segurança das instituições e das populações, evitando as agressões vindas do exterior.

Depreende com isso, a importância e preocupação de que actuação das forças de defesa e segurança deve ser estritamente de acordo com o exposto na Lei própria, no sentido republicano.

Ainda na vertente legislativa, apesar do pequeno papel que é atribuído às forças de defesa e segurança¹⁹, ele não sofre quaisquer contestação, pois o legislador procurou não enquadrar nos diplomas eleitorais, pelo facto dessas forças regerem-se por um diploma próprio, que os atribui competência para agirem dentro do território nacional em qualquer situação, desde que respeite o princípio da separação de poderes.

Nesta discussão, percebe-se que a lei está em primeira instância, o que de certo modo fortifica a condição destas forças de neutros e apartidários.

Relativamente a questão do papel preventivo das forças de defesa e segurança, apraz-nos referir que ela parte de um conjunto de mecanismos de controlo para prevenir qualquer tentativa que visa criar constrangimentos, a própria realização das eleições, como condição “*sine qua non*” para alternância do poder.

É ainda papel das forças de defesa e segurança de não exercerem, pressão política a favor de qualquer actor político, evitando interferências na organização e execução dos programas eleitorais. A condição de Exército único e Polícia Nacional apartidária, seria

¹⁸ Membro do Centro de Estudos Estratégicos de Angola, quando proferiu uma palestra na Província de Malange, enquadrada na Conferência Regional sobre o Processo Eleitoral em Angola, organizada pela EISA

¹⁹ Cf. Lei Eleitoral n.º 06/05, de 10 de Agosto no seu artigo 125.º que diz é “proibida a presença de qualquer força armada nas Assembleias de voto, até um raio de 500 metros”. No artigo 122.º diz que “compete aos presidentes das Assembleias de voto e aos escrutinadores garantir a liberdade e a segurança dos eleitores no exercício do voto, dispondo para o efeito no dia da eleição de uma polícia eleitoral, constituída por cidadãos de reconhecida idoneidade, encarregada de garantir a ordem nos locais das Assembleia de voto. Repara-se, só no ponto 2 do artigo 125º se refere a possibilidade da utilização de força armada, “quando for necessário pôr termo a alguma perturbação ou obstar qualquer agressão ou violência, dentro ou fora do edifício da Assembleia do Voto ou na sua proximidade, pode o presidente da Assembleia de voto, requisitar a presença de forças armadas, sempre que for possível por escrito, com menção na acta eleitoral das razões da requisição e do período da presença da referida força.

como a utilização de mecanismos preventivos que visam dotar as forças de defesa e segurança de capacidade de actuarem em consonância com a lei e apresentarem-se como um dos elementos de neutralidade que concorrem para a realização de eleições livres e justas em Angola.

CONCLUSÃO

A abordagem sobre o papel das forças de defesa e segurança nos processos eleitorais – o caso angolano, trazida nestas escassas laudas de papel, configura-se não só na dissertação de Mestrado para a qual nos propusemos à partida responder, mas, agora que temos o trabalho estruturado e com uma vasta quantidade de informações relacionadas ao assunto, fruto de uma árdua e aturada busca de fontes, também uma premissa para o prosseguimento de pesquisa com vista a obtenção de mais elementos que aqui podem não constar ou constem de forma incipiente.

Mesmo não sendo nosso objectivo apresentarmos um trabalho acabado, aliás a nossa condição de estudantes nos coloca na condição de permanentes discípulos, e por isso, sujeitos a limitações que só os grandes mestres estão vocacionados a supera-las, tudo fizemos para que o nosso esforço não seja em vão, e mais ainda, para que daqui se apure, modestamente, alguma contribuição susceptível de gerar uma saudável discussão académica ou indagações cognitivas.

Das hipóteses avançadas, foi possível confirmarmos que a actuação das forças de defesa e segurança deve ser estritamente de acordo com o exposto na lei, observando o princípio da isenção, transparência e justiça. Como visto pontualmente, a segurança estadual abarca tanto a dimensão interna como a dimensão externa. Daí a razão de dizer que as forças de defesa e segurança são órgãos com mandato formal para garantir a inviolabilidade territorial, ordem pública, segurança dos cidadãos, respeito pelas instituições do Estado e pelo cumprimento da Constitucionalidade.

Por conseguinte, é necessário uma orientação política clara que estabeleça os parâmetros dos quais as forças de defesa e segurança devem actuar e sem uma supervisão eficiente, estes serviços públicos tornam-se fontes de ameaça e não de protecção ao Estado e aos seus cidadãos.

Dos dados disponíveis não foi possível vislumbrar completa ligação entre a prestabilidade desses órgãos do Estado com as consequências imediatas adstritas ao resultado das eleições de 1992. Não obstante, caso tenha existido alguma ineficiência da prestação de serviço das forças de defesa e segurança antes, durante e após o processo eleitoral, pareceu-nos não ser do ponto de vista formal ou científico categoricamente

passível de vinculação com a desestabilização do país nos domínios político, económico e social, sendo o mais pernicioso o político.

Ainda das hipóteses avançadas, consideramos a imperiosa necessidade, no processo preventivo, de utilização de mecanismos, tais como: planos exequíveis em toda extensão do território nacional, com particular atenção às zonas consideradas de potenciais focos de tensão (as fronteiriças), com o objectivo de contribuir mais ainda para a facilitação da livre circulação de pessoas e bens, bem como, no capítulo eleitoral, facilitar o processo de registo, campanha e propaganda eleitorais.

Neste conformidade, desde que as forças de defesa e segurança actuem intensamente contra o impulso histórico e frequentes de conflitos entre militantes, simpatizantes e candidatos, não restará dúvidas da sua imparcialidade e neutralidade como elemento que concorre para a realização de eleições livres e justas, e que seja como providência de índole cautelar, necessária e adequada à promoção do resguardo da ordem pública, da normalidade do processo eleitoral, da tranquilidade social e da preservação do Estado Democrático e de Direito, apogeu constitucional do regime político vigente na República de Angola.

Perante o quadro supra, convenhamos tecer algumas considerações à guisa de recomendações, focas essencialmente às distintas três importantes fases do processo eleitoral em que a participação das forças de defesa e segurança é chamada, redobrando sinergias para que, com eficácia e a eficiência, nos termos da Lei, atinjam os fins de Estado para os quais estão vocacionadas. Fazemo-las não porque constituem um vazio ou vulnerabilidade, mas porque pretendemos que, no contexto de hoje, sejam de maior atenção, mais reforçadas e cada vez mais patente aos olhos de qualquer cidadão. Eis, portanto as recomendações, começando pelas próprias forças de defesa e segurança:

1. À maior cooperação/colaboração e organização institucional:

- Que essas forças (Polícia, FAA, SIE e SINSE) dêem maior ênfase à eficiência de cada instituição como um todo, do que à eficiência isolada de cada instituição, trabalhando em estreita colaboração, através de um plano exequível de asseguramento das várias fases acima descritas;

- Que as forças de defesa e segurança estimulem um elevado nível de interacção e comunicação com os organismos do Estado e afins, encarregues de gerir todo o processo eleitoral, mormente com o Ministério da Administração do Território e a Comissão Nacional Eleitoral;
- Que as forças de defesa e segurança criem mecanismos que visem contrapor qualquer tentativa de sabotagem eleitoral, quer vinda do exterior, como do interior, cuja repercussão abranja a todas forças vivas da sociedade;
- Que as forças de defesa e segurança adequem os seus estatutos orgânicos e de funcionamento, tendo em conta a regularidade que se pretende com os processos eleitorais, dotando os seus efectivos de conhecimentos de matérias relacionadas com processos eleitorais e manuseamento das novas tecnologia de informação e comunicação, para além de matérias meramente específica das suas actividades.

2. À fase do registo eleitoral

- Que a Polícia Nacional assegure as estruturas de registo eleitoral, bem como a integridade física dos brigadistas e os meios informáticos instalados; patrulhamento diário das zonas circunvizinhas destes locais de registo; reforço da protecção das fronteiras, procedendo o controlo daquelas pessoas cuja conduta social merece atenção;
- Que o Serviço de Inteligência proceda a recolha de informações sobre possíveis cidadãos estrangeiros que procuram obter documentos de nacionalidade angolana, para fins de registo, identificar os seus facilitadores e/ou redes de mal-feitores, bem como os seus *modus operandi*;
- Que o Serviço de Inteligência trabalhe no sentido de revelar possíveis planos que visam sabotar os meios informáticos instalados nas brigadas de registo eleitoral;

- Que o Serviço de Inteligência, trabalhe no sentido de revelar possíveis planos de introdução de cidadãos estrangeiros sobre capa de refugiados angolanos, bem como confirmar a identidade de possíveis expatriados que se encontrem em posse de documentos de cidadania angolana;
- Que as Forças Armadas Angolanas, assegurem e/ou facilitem a movimentação das brigadas de registo naquelas áreas ainda de difícil acesso, por falta de pontes e estradas.
- Que as FAA, procedam ao controlo do seu efectivo e do armamento em sua posse, com vista a acautelar atentados criminais com recurso a armas de fogo.

3. À fase da campanha eleitoral

- Que a Polícia Nacional, se encarregasse de proteger os candidatos e membros dos partidos políticos, coligações de partidos ou outras entidades envolvidas, nas suas acções de panfletagem, bem como assegurar a integridade física dos mesmos aquando das suas deslocações para o interior do país em campanha eleitoral.
- Que a Polícia Nacional proceda ao controlo de todos os cidadãos que pelos seus antecedentes são susceptíveis de criarem distúrbios e agitar as massas populares para actos de vandalismos;
- Que o Serviço de Inteligência trabalhe no sentido de recolher informações que revelem a pretensão de pessoas singulares e colectivas agirem contra a liberdade de união, reunião e de manifestações político-partidária;
- Que o Serviço de Inteligência revele planos sobre possíveis pressões e manipulações que serão alvos às populações, particularmente nas áreas rurais, onde o controlo dos eleitores é menos rígido que nas cidades, susceptíveis de os candidatos exercerem certas pressões em troca de bens materiais;

- Que as Forças Armadas continuem a proceder ao desarmamento da população civil.

4. À fase da votação e divulgação dos resultados

- Que a Polícia Nacional proceda ao patrulhamento intensivo e diário com particular destaques às áreas tidas como focos de tensão, visando garantir a segurança nas vias onde estarão montadas as mesas e assembleias de votos;
- Que a Polícia Nacional mantenha sob controlo as pessoas com antecedentes criminais, aquelas que se encontram em prisões e outras cujos destinos é incerto;
- Que a Polícia Nacional mantenha o controlo do seu efectivo, evitando com que os mesmos circulem armados próximos dos locais de voto;
- Que o Serviço de Inteligência faça um levantamento e caracterização de antecedentes das entidades que alimentarão o efectivo engajado nesta fase;
- Que as Forças Armadas Angolanas procedam ao controlo do armamento que se encontrem nas principais unidades militares e paramilitares, mantendo-o sobre vigilância permanente.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV – *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Ed. Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2000.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *Estratégia e Relações de Poder*, textos policopiados, FLCS, 2002.
- BARROS, Manuel Correia de (Coord.), *Reflexões Sobre Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África*. Luanda, 2006.
- BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da constituição*. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Teoria do Estado e Ciência política*, 3.ª Edição, S. Paulo: Saraiva, 1995.
- BASTOS, Fernando Loureiro. *Ciência Política-Guia de Estudo*. Livraria Universitária, Maputo, 1999.
- BISPO, António de Jesus – *Elementos para uma Teoria do Conflito Política*, ISCSP, IPCE, Lisboa 1998.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998. V.1.
- BONAVIDES, Paulo, *Ciência Política*, 10.ª Edição, Revista e Actualizada, 6.ª Tiragem, S. Paulo: Malheiros Editores, 2010.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 23ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2008.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas*. Coimbra editora Lda, 2000.

- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 5ª ed. Coimbra Portugal: Almedina, 2002.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Estudos sobre direitos fundamentais*, 13.ª tiragem, Coimbra: Coimbra, 2004.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes e MOREIRA, Vital, *Fundamentos da Constituição*, Coimbra, 1991.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes e MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3ª ed., Coimbra, 1993.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1977.
- CANTO-SPERBER, Monique (org.), *Dicionário de ética e filosofia moral*, vol. 1, Trad. Ana M. R. Althoff. et al.. Coleção Idéias Dicionários. RS: Unisinos, 2003.
- COPETTI, André; STRECK, Lenio Luiz; ROCHA, Leonel Severo. *Constituição, sistemas sociais e hermenêutica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- CORREIA, Adérito (Org.), *Prevenção e Gestão de Conflitos na Região da SADC*, 2002.
- CORREIA, Pedro de Pezart, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, Vol I 2004.
- COMERFORD, Michael G., *O rosto pacífico de Angola. "Bibliografia de um processo de paz (1991-2002)*. Windhoek, Namíbia, 2005.
- CEPIK, M. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- DALLARI, Pedro B. A. *Constituição e tratados internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 10.ed. São Paulo: LTr, 2011.

DUVERGER, Maurice, *Os grandes sistemas políticos*. Almedina Coimbra, Portugal, 1985.

FEIJÓ, Carlos, *A produção de informações de segurança no estado democrático de direito “o caso angolano”*. Principia, Cascais 1.^a ed. Julho, 2003.

FERNANDES, António José, *Ciência política, teoria, metodologia e temática*.

GOUVEIA, Jorge Bacelar (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, Vol. II, Coimbra: Almedina, 2012.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. *As Constituições dos Estados Lusófonos*, Lisboa, 1993.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. *Direito Constitucional de Angola*, IDILP, Lisboa, 2014.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. *Textos fundamentais de Direito Internacional*, Lisboa, 1993.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. *Os direitos Fundamentais Atípicos*, Lisboa, 1995.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. *A Segurança nacional na Constituição de Angola de 2010*, in Revista do Instituto de Intformações e Segurança de Angola, ed. 6, Outubro de 2010.

GRAÇA, Pedro Borges, *Mundo Secreto*. História do Presente e Intelligence nas Relações Internacionais. Luanda: Instituto de Informações e Segurança de Angola, 2010.

HUNTINGTON, Samuel, S. P. *Will Vene Countries Become Democratic Political Science Quartely*, Vol, 99 n.º 2, 1984.

LUÍS, Pedro Manuel, *Curso de Direito Constitucional Angolano*. Luanda: Editora Qualifica, 2014.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 15 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade*. 3^a ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

- MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1993.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, I, 5ª ed., Coimbra: Coimbra, 1996.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional – Constituição*, Tomo III, 4.ª ed, Coimbra: Coimbra, 1998.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional - Direitos Fundamentais*, Tomo IV, 3ª ed. Coimbra: Coimbra, 2000.
- MONCADA, L. Cabral de, *Filosofia do Direito e do Estado*, Coimbra, Coimbra Editora, 1995.
- MONTESQUIEU. *De L'Esprit des Lois*. Oeuvres Complètes, Vol. II, Dijon, , Paris : Biblothèque de la Pléiade, 1951.
- MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 19. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2006.
- NETO, Chiquito, *Curso de Chefia e Liderança, textos policopiados*, INAP, Luanda, 2007.
- NICOLAU, Jairo Marconi, *sistemas eleitorais*, aula n.º 3, disponível em www.al.sp.gov.br/
- PEREIRA, Virgílio de Fontes (Org.), *Colectânea de Legislação Eleitoral*. Luanda, 1.ª ed., 2006.
- REALE, Miguel. *O Estado democrático de direito e o conflito das ideologias*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ROUSSOMANO, Rosah, *Curso de Direito Constitucional*, 4.ª Edição, Brasil: Freitas Bastos, 1980.

- SALDANHA, Nelson. *Ordem e hermenêutica*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- SANTOS, Onofre dos, *Registo Eleitoral “legislação anotada”*. Luanda: 1.^a ed. 2006.
- SCHUMPETER, Joseph A., *capitalisme, socialisme et democracie*, (1942), Rio de Janeiro, 1961, disponível em www.efl.pt/dfmp.files/sufragio
- SCHEPIS, G., *I sistemi elettoral – Técnica – Legislazioni Positive*, Empali 1955, disponível em www.tre-df.gov.br/EJE/dicionario.htm.
- SILVA, G. E. do Nascimento e; ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de direito internacional público*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 23^a ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- SILVA, Reinaldo Pereira e. *A teoria dos direitos fundamentais e o ambiente natural como prerrogativa humana individual*. Revista de direito ambiental. São Paulo, ano. 12, n. 46, p. 164 – 189, abr./jun./2007.
- SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado: novos paradigmas em face da globalização*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 7. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. *Ciência política & teoria do Estado*. 5. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- TEMER, Michel, *Elementos de Direito Constitucional*, 2.^a Edição, Revista dos Tribunais, 1982.
- Universidade Católica de Angola, *Colectânea de textos de conferências sobre sistemas eleitorais*, Luanda de 12 à 15 de Novembro de 2005.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, *Teoria Geral do Direito Policial*. 3ª edição, Coimbra: Almedina, 2013.

WEBBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1979, Zahar editores, 4.ª edição, imprensa no Brasil, direitos para a língua portuguesa.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- *Constituição da República de Angola*, 2010., publicada na Iª Série do Diário da República n.º 023 de 5 de Fevereiro de 2010
- *Lei Constitucional* (Lei n.º23/92, de 16 de Setembro)
- *Lei Eleitoral* (Lei n.º5/92, de 16 de Abril)
- *Lei de Segurança Nacional* (Lei n.º 12/02, de 16 de Agosto)
- *Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas* (Lei n.º 17/91, de 11 de Maio)
- *Estatuto Orgânico do Serviço de Informações* (Decreto-Lei n.º 14/02, de 6 de Dezembro)
- *Estatuto Orgânico do Serviço de Inteligência Externa* (Decreto-Lei n.º 13/02, de 6 de Dezembro)

http://www.cne.gv.ao/eleicoes/eleicoes_1992.html

ÍNDICE

NOTAS PRÉVIAS	5
DEDICATÓRIA	6
AGRADECIMENTOS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
SIGLAS E ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
1.1. CONCEITUALIZAÇÃO	15
1.2. SEGURANÇA NACIONAL.....	16
1.3. DEFESA NACIONAL.....	21
1.4. SISTEMA E PROCESSO ELEITORAIS	24
1.4.1. Sistema Eleitoral	24
1.4.2. Processo Eleitoral.....	31
1.5. TEORIA DOS CONFLITOS	33
1.6. CONFLITOS ELEITORAIS.....	37
1.7. PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	38
CAPÍTULO II	
AS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS	42
2.1. TIPOS DE ELEIÇÕES.....	43
2.2. AS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA	48
2.3. O SUPORTE ELEITORAL	51
2.3.1. O Pacote Legislativo Eleitoral de 1992.....	51

2.4. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL.....	52
2.5. REGISTO ELEITORAL	53
2.6. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS.....	54
2.7. CAMPANHA E PROPAGANDA ELEITORAL	55
2.8. FINANCIAMENTO ELEITORAL.....	56

CAPÍTULO III

PACOTE LEGISLATIVO ELEITORAL..... 57

3.1. PACOTE LEGISLATIVO ELEITORAL NA DÉCADA DE 2000.....	58
3.2. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL.....	60
3.3. REGISTO ELEITORAL	63
3.4. CAMPANHA E PROPAGANDA ELEITORAL	64
3.5. O CÓDIGO DE CONDUTA.....	65
3.6. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS.....	66
3.7. FINANCIAMENTO ELEITORAL.....	67
3.8. ESTATÍSTICA DAS ELEIÇÕES DE 1992	68
3.8.1. Registo Eleitoral	68
3.8.2. Eleições Legislativas	71
3.8.3. Eleições Presidenciais	73
3.8.4. Nas eleições legislativas:.....	75

CAPÍTULO IV

SEGURANÇA NACIONAL E O PROCESSO ELEITORAL NO CONTEXTO ACTUAL 77

4.1. PERSPECTIVA LEGAL ACTUAL	78
4.2. COMPREENSÃO DA SEGURANÇA NACIONAL	78
4.2.1. A Defesa Nacional	80
4.3. LEGILAÇÃO VIGENTE.....	82
4.3.1 Administração Eleitoral	83

4.3.2. Poder Executivo.....	83
-----------------------------	----

CAPÍTULO V

METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	87
---	-----------

4.1. METODOLOGIA	88
------------------------	----

4.2. APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	92
--	----

CONCLUSÃO.....	97
----------------	----

BIBLIOGRAFIA	102
--------------------	-----